

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

JORNALISMO

**A Construção de Valores e Identidades do Universo Infantil na
Televisão Brasileira**

Carolina da Costa Monteiro Machado

RIO DE JANEIRO

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

JORNALISMO

**A Construção de Valores e Identidades do Universo Infantil na
Televisão Brasileira**

Monografia submetida à Banca de Graduação como
requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social/ Jornalismo.

Carolina da Costa Monteiro Machado

Orientadora: Profa. Dra. Ieda Tucherman

RIO DE JANEIRO

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **A Construção de Valores e Identidades do Universo Infantil na Televisão Brasileira**, elaborada por Carolina da Costa Monteiro Machado.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Ieda Tucherman
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof. Dr. Eduardo Refkalefsky
Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ

Prof. Dr. Gabriel Collares Barbosa
Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Expressão e Linguagens - UFRJ

RIO DE JANEIRO

2011

FICHA CATALOGRÁFICA

MACHADO, Carolina da Costa Monteiro.

A Construção de Valores e Identidades do Universo Infantil na
Televisão Brasileira. Rio de Janeiro, 2011.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação –
ECO.

Orientadora: Ieda Tucherman

MACHADO, Carolina da Costa Monteiro. **A Construção de Valores e Identidades do Universo Infantil na Televisão Brasileira**. Orientadora: Ieda Tucherman. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

RESUMO

Este trabalho pretende verificar como as crianças são representadas na televisão e quais são os valores e sentidos utilizados para consolidar conceitos e associações inerentes ao universo infantil, que foram construídos no imaginário da sociedade brasileira ao longo do tempo. Seu objetivo é, portanto, analisar os motivos pelos quais as crianças são identificadas através de determinadas características, que reproduzem fórmulas de sucesso nos telejornais, nas telenovelas, nos programas infantis e nas propagandas publicitárias. O estudo reúne obras como: *História social da criança e da família*, de Philippe Ariès; *Olhares sobre a criança no Brasil – séculos XIX e XX*, das autoras Martha Abreu, Alessandra Martinez e Irene Rizzini; *Televisão, publicidade e infância*, de Irene Sampaio, além de outras bibliografias. Há, também, a transcrição de cerca de 5 minutos da edição do dia 24 de março de 2008, do *Jornal Nacional* da *Rede Globo*, para ilustrar, de forma mais clara, aspectos presentes na narrativa e na linguagem dessas produções midiáticas.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. UM PANORAMA DA HISTÓRIA DA INFÂNCIA

2.1 A construção da infância em uma política de tempos

2.2 A construção da infância em uma política de espaços

2.3 A construção da infância em uma política de comportamentos

3. A REPRESENTAÇÃO DA INFÂNCIA NA TELEVISÃO BRASILEIRA

3.1 O histórico de regulamentação do Estado

3.2 A construção dos valores pelos telejornais

3.3 A violação dos direitos da infância na televisão

3.4 O consumo infantil na televisão brasileira

4. CONCLUSÃO

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Introdução

A televisão é parte integrante do cotidiano da família brasileira. Bebês e crianças se divertem com sessões de desenhos animados e programas infantis pelas manhãs. Os pais acham gracioso a encantadora garota cheia de charme e o desengonçado menino que está apaixonado por ela, no comercial veiculado nos intervalos do *Jornal Nacional*. A família assiste reunida à novela das 8, que narra a primeira experiência sexual da adolescente de 15 anos.

Os programas televisivos invadem os lares familiares sem pedir licença para entrar, sendo assistidos com total naturalidade e, na maior parte das vezes, sendo vistos como meros espelhos da realidade.

Na verdade, essas produções midiáticas carregam consigo valores e representações do universo infantil contruídos tanto pela televisão quanto pela sociedade, que atribuem características muito específicas à criança brasileira. Nesse sentido, o próprio conceito de infância é fruto de uma construção cultural, realizada através de discursos, ações e instituições que justificam os valores que se tornaram referência para a nossa sociedade nos dias de hoje.

A questão de que todos os indivíduos nascem bebês e serão crianças até um determinado período, independente da condição vivida, é inegável, entretanto, tal premissa nem sempre foi percebida dessa maneira e, por diversos períodos, se questionou qual era o tempo da infância e quem era a criança.

Dessa forma, torna-se fundamental analisar essa progressiva construção do conceito de infância sob um viés histórico, levando em consideração que mesmo em cada época é possível observar uma multiplicidade de representações da criança, ainda que haja um conceito dominante de infância.

Considerando a televisão como o maior veículo de comunicação de massa, pelo qual as crianças ocupam grande parte do seu tempo, com programas de entretenimento e sensações de experiências com o mundo exterior, nada mais coerente do que analisar como esses conteúdos emprestam significados e o impacto que essas experimentações midiáticas possuem sobre as mesmas.

Este trabalho defende a hipótese de que a televisão se apropria de ideias e valores que foram consolidados no imaginário da sociedade ao longo do tempo, para a manutenção e perpetuação de estereótipos que se inserem em uma lógica de conformismo social. Além disso, essas representações são peças fundamentais para garantir o consumo cada vez maior

de produtos e serviços em uma lógica de expansão mercadológica. Seu objetivo é, portanto, analisar os motivos pelos quais as crianças são representadas com determinadas características nas produções televisivas, que reproduzem fórmulas de sucesso nos telejornais, nas telenovelas, nos programas infantis e nas propagandas publicitárias.

Este estudo tem como objeto principal a televisão, concentrando a sua análise nos programas de grande audiência e impacto na sociedade. A ideia é eleger produções midiáticas de considerável relevância e discorrer sobre os seus aspectos principais, contextualizando-os com os mecanismos de regulamentação do Estado, da sociedade e dos próprios veículos de comunicação.

A fim de tornar possível a avaliação desses aspectos, será feita uma revisão bibliográfica, além da transcrição e posterior análise de um trecho do telejornal de maior audiência da televisão brasileira. Para ilustrar marcos pontuais do consumo infantil, também serão utilizadas propagandas publicitárias veiculadas nos intervalos comerciais da contemporaneidade. Dados de pesquisas extraídas da revista *Veja*, de organizações internacionais como a *ONU*, de institutos nacionais como o *IBOPE* e outras realizadas por autores como Irene Vittorino Sampaio e Niel Postman, garantirão embasamento teórico para os argumentos de cada capítulo. Dessa forma, ao permitir diversas abordagens sobre o mesmo tema, este trabalho pretende constituir-se como um ensaio e, para isso, adotará o seguinte percurso:

O primeiro capítulo propõe resgatar os antecedentes históricos da infância, a fim de compreender o processo que culminou na concepção moderna de criança, vigente nos dias de hoje. A pesquisa terá como marco inicial o período da Idade Média, por apresentar uma visão que se contrapõe ao conceito atual de infância em muitos aspectos, possibilitando que sejam realizadas reflexões amplas sobre a forma como entendemos e nos relacionamos com as crianças na Idade Contemporânea.

A obra “História social da criança e da família” cujo autor, Philippe Ariès, desconstrói a compreensão fisiológica da infância, caracterizando-a como um artefato sócio-histórico instituído pela Modernidade, é peça fundamental para compreender a evolução desse conceito ao longo da história do Ocidente. Sua tese indica o surgimento da noção de infância apenas no século XVII, junto com as transformações que começaram a se processar na transição para a sociedade moderna.

Embora alguns teóricos como Moysés Kuhlmann Jr., Jacques Gélis, Daniele Alexandre-Bidón e Pierre Riché discordem da tese principal de Philippe Ariès, afirmando que

é possível detectar, no contexto medieval, indícios de uma concepção de infância relativamente clara, a posição desse autor parece perfeitamente pertinente para esse estudo, uma vez que seu principal fundamento não se compromete: o fato de que, somente na Modernidade, tornou-se hegemônico um conceito de criança como ser radicalmente diferente do adulto: frágil, desamparado, merecedor da atenção e do amor dos pais, sendo esses designados para o papel de orientá-la até ela possuir condições suficientes para responder por si.

O capítulo dois entrará no universo da televisão propriamente dito e será dividido em 4 partes. Baseado nas autoras Martha Abreu, Alessandra Martinez e Irene Rizzini do livro “Olhares sobre a criança no Brasil – séculos XIX e XX”, o primeiro subcapítulo irá realizar uma breve panorâmica em torno das políticas e condutas do Estado brasileiro no reconhecimento da criança como parte integrante da sociedade, desde o período colonial até os dias de hoje.

Já o segundo subcapítulo dará conta do universo do telejornal, produto de informação de maior impacto e principal fonte de conhecimento para a maior parte da população brasileira, segundo Beatriz Becker, autora de “A linguagem do telejornal: um estudo da cobertura dos 500 anos do descobrimento do Brasil”. Para ilustrar aspectos da narrativa e da linguagem desses produtos, que refletem claramente determinados valores da nossa sociedade, será necessário transcrever cerca de 5 minutos de uma edição do “Jornal Nacional”, veiculada em março de 2008. Será utilizada também a obra de Jean-Jacques Rousseau, “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens”, aplicando determinados conceitos desenvolvidos pelo autor no século XVIII, que servem para explicar alguns fenômenos na sociedade contemporânea.

A terceira parte do segundo capítulo tem por finalidade compreender como os direitos das crianças são violados em diversos programas televisivos. Para isso, serão apresentados alguns princípios reunidos no “Estatuto da Criança e do Adolescente”, dentre os quais se encontra a “Declaração Universal dos Direitos da Infância”. Posteriormente, serão utilizados exemplos concretos de abusos praticados pelas emissoras de televisão, seguidos por um debate em torno das práticas de regulamentação cometidas pelo Estado, órgãos de fiscalização do governo e pela própria população.

A última parte antes da conclusão abordará a questão do consumo infantil na televisão. Nesse ponto, o livro “Consumidores e Cidadãos”, de Nestor Canclini, oferece um excelente embasamento teórico sobre o consumo na sociedade contemporânea. Para

compreender como os programas infantis de auditório são peças fundamentais para a indústria de brinquedos e produtos do universo das crianças, a obra “Televisão, publicidade e infância”, da autora Irene Vittorino Sampaio, é perfeita para essa análise.

Seguindo essa lógica, será fundamental analisar também as propagandas publicitárias veiculadas tanto nos intervalos dos programas infantis, quanto no restante da programação, uma vez que se constata claramente o consumo cada vez maior por parte de crianças e adultos de programas não específicos para as suas faixas etárias.

Dessa forma, será preciso que se tome a percepção de como as crianças são representadas nesses comerciais e de que forma isso contribui para torná-las consumidoras em potencial, formando nichos de consumo cada vez mais específicos e expandindo os ramos de atuação da indústria infantil, com produtos antes voltados somente para os adultos. Do mesmo modo, cabe perceber como os pais dessas crianças são seduzidos através dessas representações infantis, que são poderosas ferramentas de convencimento, utilizadas nas propagandas dos variados tipos de serviços e produtos.

Afinal, de que forma a relação criança e TV deve ser considerada? A televisão seria somente um meio de emburrecer, aterrorizar, traumatizar, despejando lixo sobre os lares familiares, atrofiando a inteligência das crianças e acabando com o encanto da infância? Ou ela seria apenas um inocente eletrodoméstico que nada mais faz do que reproduzir a realidade, cabendo aos pais o dever de permitir ou censurar o que os seus filhos, totalmente aptos para distinguir o falso do verdadeiro e selecionar automaticamente as mensagens desejáveis e indesejáveis, devem assistir?

Ambas as correntes são ineficazes para dar conta de um processo tão complexo e dinâmico da nossa sociedade. Essas visões limitadas e maniqueístas não são capazes de explicar um fenômeno que tomou proporções assustadoras no dia a dia da população, sendo capaz de modificar o comportamento dos brasileiros, através do fascínio produzido sobre o telespectador.

Esse trabalho propõe a elaboração de um estudo crítico, sugerindo soluções para os problemas diagnosticados ao longo de cada capítulo. Desconsiderando tanto uma concepção exageradamente otimista quanto o pensamento de que tudo está perdido, é preciso compreender as causas estruturais, históricas e culturais que foram determinantes para que a televisão apresente determinados conteúdos, valores e representações sobre o universo infantil, nos dias de hoje. A partir da análise sobre os efeitos que esses produtos de informação possuem sobre o desenvolvimento das crianças, torna-se possível produzir

reflexões sobre esses processos, estabelecendo propostas de transformações que busquem um novo olhar sobre esses indivíduos, merecedores de respeito e atenção redobrados por parte da sociedade.

2. Um panorama da história da infância

Construir um sentido histórico para a infância significa analisar como as práticas sócio-culturais emprestam significados e determinam experiências, ações e condutas durante o tempo. A preocupação com a infância é antiga, uma vez que a criança simboliza uma “propriedade” dos pais e também um prolongamento dos mesmos.

Segundo Philippe Ariès, a progressiva construção do conceito de infância tem início no século XVII, quando a importância pessoal da noção de idade se afirmou, desde que os reformadores religiosos e civis a impuseram nos documentos escolares.

Para analisar o conceito de infância tal como é conhecido hoje, é preciso traçar paralelos históricos que influenciaram a sociedade nos mais variados âmbitos culturais. O período da Idade Média pode ser considerado um marco inicial de estudo, já que uma de suas características mais contundentes é a falta de interesse pelas crianças, contrapondo-se, dessa forma, à criação moderna de infância.

Segundo James e Prout (apud PEREIRA; 2000, 308), a imaturidade das crianças é um fato biológico da vida, mas as formas através das quais esta imaturidade é compreendida e significada é um fato da cultura. Dessa forma, ao analisar as expressões artísticas do período medieval até o século XVII, verifica-se que as crianças raramente eram representadas nas obras de artes e, quando apareciam, eram pintadas e esculpidas como pequenos adultos, com musculatura desenvolvida.

Essa ausência do sentimento de infância durante a Idade Média é marcada por uma divisão crucial decorrente de um conjunto de mudanças introduzidas pela Modernidade ao longo dos séculos XVII e XVIII. Com o advento do movimento iluminista e o triunfo dos valores burgueses de racionalidade e individualidade, o projeto de escolarização e alfabetização das crianças fez com que elas fossem separadas dos adultos, passando a ser vistas como adultos em processo de formação.

Em meio à emergência do capitalismo comercial no século XVIII, outro fator determinante para essa divisão foi a concepção burguesa de lar, na qual a criança cumpre 3 papéis fundamentais: ela justifica a própria existência da família, garante a perpetuação dos genes por meio da procriação e simboliza a continuidade dos negócios da família.

Para detalhar e esclarecer essas e mais questões, convém analisar a história da representação da infância sob três diferentes esferas que se inter-relacionam e são complementares: as políticas de tempos, de espaços e de comportamentos.

2.1 A construção da infância em uma política de tempos

Ao longo do tempo, acontecimentos históricos e culturais levaram ao consenso de como as crianças deveriam ser vistas universalmente: inocentes, frágeis e livres de tentação ou desejo sexual. Esse paradigma de infância desconsidera diferenças raciais, de gênero ou de classe, é como se ele existisse fora da cultura, exercendo a função de mito - um conceito que transforma o que é cultural em natural.

David Buckingham ressalta que a chamada história da infância é, na realidade, uma história das representações culturais da criança, ou seja, dos sentimentos e ideias acerca dela, expressos na literatura, nas artes plásticas e em outras manifestações da arte e da cultura.

Até o século XIII, inexistia na Europa o conceito de infância tal como se desenvolveu mais tarde. “Ser criança” não era sinônimo de cuidados e fragilidade, associações que só ganharam relevância na sociedade a partir do Iluminismo. “A infância é uma invenção da modernidade, concebida através de uma evolução cultural e histórica.” (CAPPARELLI; 2003)¹

Durante o período da Idade Média, a capacidade de ler e escrever limitava-se apenas ao clero, havendo, então, uma hierarquia entre os que sabiam e os que não sabiam ler. Dessa forma, privadas do acesso à leitura, o conhecimento oral imperava entre as populações de todos os grupos etários, homogeneizando adultos e crianças.

Nessa época, até os seus primeiros anos de vida, a criança era vista como um animalzinho bonitinho e delicado. Ela era considerada frágil e merecedora de cuidados especiais somente até os 7 anos, idade em que passava a ser misturada aos adultos, tornando-se útil na economia familiar, realizando tarefas, imitando seus pais e acompanhando-os em seus ofícios.

A concepção de desenvolvimento infantil — que deveria distribuir as crianças na escola em séries — tornou-se ausente: a criancinha pequena transformava-se em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem consideradas antes da Idade Média e que se tornaram aspectos essenciais das sociedades de hoje. (ARIÈS; 1981, 26).

¹, disponível em <http://www.capparelli.com.br/6.php>, acesso em: 01/08/2011

Com relação às idades da vida humana, a pesquisa de Philippe Ariès, cujo foco vai do século XII ao XVII, aponta que a forma de representar a cronologia humana passou por várias mudanças ao longo desses períodos. Durante a Idade Média, as fases da vida estavam diretamente ligadas à divisão dos 12 signos do zodíaco, aos aspectos das crenças populares e aos fenômenos naturais e sobrenaturais.

Isso pode ser facilmente explicado pela governabilidade das leis da teologia e pela veracidade conferida ao misticismo e à astrologia, cujos conhecimentos eram considerados verdadeiras ciências. Para o homem desse período, a vida consistia em uma continuidade inevitável e cíclica, indo de encontro à concepção atual que classifica a vida humana como um fenômeno biológico e acíclico, salvo civilizações mais específicas.

No caso da infância propriamente dita, segundo Philippe Ariès, do século XII ao XVIII, a idade da criança era definida como “a idade (...) que planta os dentes (...) e nessa idade aquilo que nasce é chamado de *enfant* (criança), que quer dizer não falante, pois nessa idade a pessoa não pode falar bem nem formar perfeitamente suas palavras”. (ARIÈS; 1981, 36).

Nessa perspectiva, a fase da infância estaria associada, principalmente pela ausência da fala e por manifestações irracionais, contrapondo-se, dessa forma, à vida adulta, já que os comportamentos providos da *razão* seriam encontrados apenas no indivíduo adulto, identificando-o como o homem que pensa, raciocina e age, com capacidade para alterar o mundo que o cerca; tal capacidade não seria possível às crianças.

Como a passagem da criança pela família e pela sociedade era considerada breve e insignificante, é possível, nesse contexto, comparar a infância à velhice ou *senies*, pois se, de um lado, temos a infância constituída pela falta de razão, por outro, teríamos a velhice marcada pela senilidade e pelo declínio dos sentidos e da memória. Essa última fase da vida iria dos 50 aos 70 anos ou até a morte.

As demais idades, no caso a juventude e a vida adulta caracterizar-se-iam pela virilidade, pela força do indivíduo para ajudar a si mesmo e aos demais e, principalmente, pelas funções produtivas dentro da vida social e coletiva. Ao analisar o poder concedido à juventude nesse período, pode-se fazer um paralelo com a sociedade atual, uma vez que, contemporaneamente, também existe uma ênfase na valorização do indivíduo produtivo, excluindo-se crianças e idosos de diversos setores e espaços sociais.

Dessa forma, ao analisar a história das idades do homem, percebe-se que em cada época havia uma fase privilegiada e a uma periodização particular da vida humana. Até o

século XVIII, a idade privilegiada era a juventude, já no século XIX, a infância, e no século XX, a adolescência. “A ausência da adolescência, o desprezo da velhice, o desaparecimento da velhice e introdução da adolescência manifestam a reação da sociedade diante da duração da vida.” (ARIÈS apud PEREIRA; 2010) ²

No mundo contemporâneo, o avanço da economia capitalista impulsionou a construção de categorias segmentadas por idade, sexo, religião e até mesmo opção sexual. Nesse sentido, as divisões das fases da vida não são biológicas nem naturais. Elas são construções culturais e sociais feitas para particularizar e fragmentar os diferentes grupos sociais, inseridas em uma expansão de mercado.

Consolidaram-se, então, no mundo moderno, as categorias de infância, pré-adolescência e adolescência. Além do interesse mercadológico do sistema capitalista, as Ciências Biológicas e Humanas passaram a estudar essas novas categorizações, agrupando-as com características próprias.

2.2 A construção da infância em uma política de espaços

Seria preciso fazer uma "história dos espaços" – que seria ao mesmo tempo uma "história dos poderes" – que estudasse desde as grandes estratégias da geopolítica até as pequenas táticas do *habitat*, da arquitetura institucional, da sala de aula ou da organização hospitalar, (...) A fixação espacial é uma forma econômico-política que deve ser detalhadamente estudada. (FOUCAULT; 1979, 117)

Durante o período medieval, as escolas eram raras, uma vez que a comunicação oral predominava nessa sociedade e não havia necessidade de ensinar às crianças a leitura ou as regras de convívio social. Os colégios não eram ambientes de ensino, e sim, asilos para estudantes pobres e bolsistas, esvaziando o papel da escolaridade de preparação para o mundo adulto. Não havia um local próprio para as aulas e era comum o improvisado de lugares como a esquina de uma rua, a porta de uma igreja ou uma sala alugada forrada com palha.

Como já foi dito anteriormente, a “infância” medieval terminava aos 7 anos, quando a criança já era imediatamente considerada adulta, sem que houvesse estágio intermediário

², disponível em <http://disciplinasdehistoria.blogspot.com/2010/10/resenha-do-livro-de-philippe-aries.html>, acesso em: 01/08/2011

algum entre as duas fases. Dessa forma, meninos e homens, de seis a vinte anos ou mais, dividiam o mesmo ambiente de ensino ministrado por um professor comum.

Para os educadores da época, a questão da idade era indiferente, pois o que de fato importava era o conteúdo lecionado. Muitos alunos moravam na própria casa do mestre ou na casa de um padre, nas quais meninos, adultos e idosos dividiam um mesmo quarto. Segundo Philippe Ariès, como não havia distinção de tratamento entre as diferentes idades, assim que ingressava na escola, a criança entrava imediatamente no mundo adulto. O advento da Modernidade gerou mudanças nesse modelo, as quais torna-se fundamental contextualizar com as transformações na sociedade.

A partir do século XVI, iniciou-se um novo paradigma no ambiente comunicacional. O advento da imprensa, a alfabetização socializada e a impressão com caracteres móveis geraram a produção de livros em larga escala, que outrora eram raros e restritos a uma parcela ínfima da população. A antiga prática da leitura oral, monopolizada por parte dos membros do clero, deu lugar a uma nova condição de leitura: a do leitor isolado, emudecido, e sua percepção individual dos fatos. A produção crescente dos livros colocou à disposição o conhecimento do mundo de quem dominasse a leitura.

Dessa forma, iniciou-se o período que corresponde à Modernidade, marcado cronologicamente pelo Renascimento, trazendo uma renovação dos paradigmas éticos e estéticos até então vigentes, e pela Expansão Ultramarina, confrontando o europeu com o “outro”, o “estranho”, o “exótico”. O advento de um Novo Mundo inaugurou uma hierarquização entre “civilizados e selvagens”, centro e periferia, desenvolvidos e subdesenvolvidos, em uma lógica que vai muito além da política de espaços em um contexto mundial.

Do ponto de vista sociológico, pode-se considerar a Modernidade como o início de um processo de racionalização das sociedades que acompanhou a expansão capitalista. Dessa forma, as transformações sócio-culturais vivenciadas nesse período caracterizaram-se pelo predomínio da razão como instrumento e controle da natureza e pela supervalorização do homem (antropocentrismo), em detrimento da lógica teocêntrica que dominou a Idade Média. Esse período trouxe mudanças fundamentais de ruptura de paradigmas e desenvolvimento científico e tecnológico que foram determinantes para a história da infância.

O advento da imprensa fez com que a competência de leitura se tornasse um parâmetro de divisão entre a infância e a vida adulta. As crianças eram aquelas incapazes de ler, que ignoravam as experiências e o conhecimento aos quais os adultos tinham acesso

através dos livros e de suas experiências pessoais. Dessa forma, com a modernidade, as crianças deveriam adquirir a competência de leitura e começar a descobrir os segredos das vivências humanas. Já os adultos modernos teriam a autoridade inerente ao papel de orientadores da criança.

Para aprender a ler, a criança precisa atingir certo grau de autocontrole corporal e mental, e desenvolver uma lógica de compreensão de orações, frases e parágrafos que está longe de ser intuitiva (tal qual a comunicação oral). O aprendizado da leitura crítica consiste numa etapa ainda mais complexa, que exige reflexão e paciência, e faz com que o comportamento adulto de leitura dificilmente seja atingido antes dos 14 ou 15 anos — quando efetivamente o é. Daí a necessidade da escola distribuir as crianças em séries, adequadas às suas idades e à sua capacidade de assimilação de determinado conteúdo.
(POSTMAN; 1999, 90)

Contrapondo-se, portanto, à Idade Média, na qual adultos e crianças compartilhavam do mesmo ambiente informacional, com o advento da prensa tipográfica, a educação tornou-se uma premissa fundamental de “acesso” à vida adulta, o qual deveria ser conquistado por etapas e adequado a cada período da infância. Dessa forma, a aprendizagem na escola foi reinventada e recebeu adaptações necessárias à natureza especial das crianças.

Do ponto de vista da divisão de classes escolares, do meio para o final do século XVII, iniciou-se um processo de separação entre uma chamada primeira infância (até os 9, 10 anos) e uma infância escolar (maiores de 10 anos), demonstrando, de fato, o cuidado um pouco maior em relação às diferenças de idades. “A nova necessidade de análise e divisão das classes caracteriza o nascimento da consciência moderna: a repugnância em misturar espíritos e, logo, idades muito diferentes.” (ARIÈS apud PEREIRA; 2010) ³.

Os educadores passaram a questionar o desprezo escolar com as diferentes idades, desenvolvendo um sentimento de aversão à precocidade. Dessa forma, as crianças até 10 anos eram mantidas fora do colégio, uma vez que ainda não faziam parte de uma infância propriamente escolástica. Nesse período, considerava-se que as crianças dessa idade ainda não podiam ingressar na vida escolar, porque sofriam de retardamento, eram frágeis, “imbecis” ou incapazes. Embora já houvesse essa separação entre a primeira infância e a escolar, a mistura a partir dos 10 anos ainda persistiu até o século XIX e foi modificada com

³, disponível em <http://disciplinasdehistoria.blogspot.com/2010/10/resenha-do-livro-de-philippe-aries.html>, acesso em: 01/08/2011

a ascensão da burguesia ao poder e a conseqüente disseminação do ensino superior/universidade.

O nascimento das sociedades igualitárias modernas, aos poucos, deixava para trás os traços das promiscuidades das antigas hierarquias e marcava a necessidade de uma nova pedagogia didática, consolidando a relação entre faixa etária e classe escolar.

Dessa forma, esse paradigma moderno, que passou a separar a criança dos indivíduos mais velhos, contribuiu para justificar a necessidade de uma educação formal e continuada que viesse a preparar a criança para o mundo adulto. Segundo Philippe Ariès, outro fator central teria sido a emergência do capitalismo comercial e a formação da classe média, que começava a preocupar-se com a formação daqueles que dariam continuidade aos seus negócios no futuro.

O colégio tornou-se de fato um instituto de ensino baseado em uma hierarquia autoritária de vigilância e enquadramento da juventude, instaurando o pensamento de livrar os estudantes das tentações da vida leiga, protegendo sua moralidade. Ele se tornou um meio de garantir ao jovem clérigo uma vida honesta e passou a ser uma condição imprescindível de boa educação, ainda que muitas vezes leiga. Com a responsabilidade moral tanto de formar quanto de instruir os estudantes, os mestres impunham uma disciplina rígida, autoritária e hierárquica.

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, o modelo de organização de vigilância dos alunos nesses colégios passou a ser inspirado em um sistema conhecido como “panopticon”. Esse conceito foi pensado pelo inglês Jeremy Bentham primeiramente como um modelo para as prisões, projetado em uma composição arquitetônica de cunho coercitivo e disciplinatório.

Nesse sistema, haveria um vigia em uma torre central que poderia avistar, de uma só vez, os presos, os quais estariam dispostos em celas em formato circular. Posteriormente, o “panopticon” tornou-se uma tecnologia de poder aplicada às instituições como hospitais, fábricas e colégios. É importante ressaltar que a incerteza sobre estar sendo visto ou não, levaria os observados a se comportarem como o esperado. Nesse sentido, o “panopticon” seria, segundo Michel Foucault, o modelo de produção dos “corpos dóceis” já que a vigilância associada à disciplina levava não apenas o indivíduo a não cometer um ato impróprio com a não desejar cometê-lo.⁴ A arquitetura de vigilância escolar também permitia

⁴ Apesar de o conceito do “panopticon” ter sido pensado no final do século XVIII, segundo Michel Foucault, há indícios de que esse modelo já havia sido colocado em prática nos dormitórios da Escola Militar de Paris, ainda em 1751. “Cada aluno devia dispor de uma cela envidraçada onde ele podia ser visto durante a noite sem ter nenhum contato com seus colegas, nem mesmo com os empregados.” (FOUCAULT;1979,116).

o controle da sexualidade dos alunos, através de uma rigorosa proibição das práticas homossexuais e de masturbação.

Ao mesmo tempo, pode-se perceber que as mudanças trazidas pelo advento da Modernidade criaram um novo paradigma de valorização do individualismo e das diferentes etapas de vida do homem. Menos de um século depois da invenção da prensa tipográfica, iniciou-se a publicação de livros de Pediatria e de boas maneiras, inaugurando diferentes formas de especificidade da infância.

Surgiu, então, um novo conceito moral para distinguir a criança escolar e separá-la: a noção da criança bem educada. Ela seria preservada das grosserias e da imoralidade, traços específicos das camadas populares e dos moleques. Dessa forma, as crianças deixaram de dividir o espaço de aprendizado com os soldados, os criados e os mendigos, prática comum no período medieval. Na França, a criança bem educada seria o pequeno-burguês; na Inglaterra, o chamado *gentleman*.

Esses novos hábitos que pertenciam ao universo das crianças bem educadas foram sendo impostos de forma gradativa. Os chamados *bons costumes* eram, primeiramente, exclusivos da elite e foram se tornando básicos para o homem moderno, qualquer que fosse a sua condição social. A antiga turbulência medieval passou a ser característica dos moleques, dos desordeiros, dos vagabundos, dos mendigos e dos “fora-da-lei”.

“A categoria 'criança' definiu-se através de sua exclusão de domínios públicos como o da política e o do comércio e da sua sujeição a instituições especialmente concebidas para supervisionar os limites entre o mundo infantil e o adulto: a escola e a família” (CAPPARELLI; 2003) ⁵.

No tocante à história da composição das moradias, a arquitetura da maior parte das habitações medievais, incluindo os castelos, constata a ausência da noção de privacidade nos lares familiares. Os cômodos não possuíam destinação específica (sala de jantar, sala de estar etc. — com exceção da cozinha) e, mesmo os quartos (quando havia), comunicavam-se entre si. A casa era um espaço indiferenciado, não havendo especificação para cada atividade: comer, dormir, receber convidados etc.

Após o século XVIII, a arquitetura começou a se especializar ao se articular com os problemas da população, da saúde e do urbanismo. Consequentemente, as moradias se especificaram e se tornaram funcionais, modificando o cotidiano do lar. Estudos apontam

⁵, disponível em <http://www.capparelli.com.br/6.php>, acesso em: 01/08/2011

que, com a edificação das cidades operárias entre os anos de 1830 a 1870, a fixação da família prescreveu um novo tipo de moralidade e os cômodos se dividiram em: cozinha e sala de jantar, quarto dos pais (determinado como o lugar da procriação) e quarto das crianças, podendo esse último dividir-se em quarto das meninas e dos meninos.

Deve-se ressaltar, que tanto a criação do conceito de privacidade quanto a instituição do amor parental são paradigmas consolidados pela burguesia, que se fechou no núcleo pai-mãe-filhos e inaugurou a cisão entre espaço privado (lar) e espaço público (local de trabalho).

Essa mudança pode ser explicada pelo surgimento de um novo modelo de homem moderno, gerando a compreensão das particularidades da infância que implicavam adaptações especiais em relação ao espaço do lar. Nesse contexto de reeducação de uma moral familiar, consolidou-se o modelo de família nuclear gerada dentro dos padrões burgueses: a família conservadora, símbolo da continuidade parental e patriarcal que marca a relação pai, mãe e criança.

O advento do modelo burguês de família concretizou a divisão das tarefas por gênero, cabendo à mulher se dedicar a casa, aos filhos e restringindo sua ação ao âmbito privado. Ao marido, designou-se o dever de fornecer à família condições materiais de sobrevivência, através de sua atuação na esfera pública. Surgiram daí, as associações de afetuosidade e cuidado a ela e de força, poder e racionalidade a ele.

Mediante a difusão desse modelo familiar que se estabeleceu na Idade Moderna, os laços entre adultos e crianças; pais e filhos foram fortalecidos. A criança passou a ser vista como indivíduo social e integrante da coletividade. Ela tornou-se alvo das atenções da família e da sociedade que passaram a se preocupar com sua saúde e educação. Esses elementos foram fatores fundamentais para a história das relações sociais.

2.3 A construção da infância em uma política de comportamentos

Como já foi visto anteriormente, durante o período medieval, as crianças eram vistas como “adultos em miniaturas”. Seu comportamento e seus trajes eram projeções dos adultos em escala reduzida. Elas usavam roupas longas e vestuários idênticos ao de seus pais. Ao longo do século XVII, as famílias mais ricas deixaram de vestir principalmente os meninos

exatamente como os adultos, mas as crianças permaneceram usando trajes pesados e ornamentados.

Finalmente no século XVIII, o traje dos pequenos tornou-se mais leve, folgado, deixando-os mais à vontade. “De acordo com os costumes, o primeiro traje era o vestido das meninas e depois o vestido comprido com golas, também chamados de jaquette. Nos colégios, o vestido por cima das calças justas até os joelhos era utilizado.” (ARIÈS apud PEREIRA; 2010)⁶. Nesse período, as fitas nas costas tornaram-se símbolos da infância, distinguindo-as dos adultos, fossem elas meninos ou meninas.

Já no fim do século XVIII, o vestuário das crianças se transformou por completo e nos subúrbios populares, os meninos começaram a usar um traje mais específico: calças compridas que equivaliam a um avental. Esse costume de efeminar os rapazes só desapareceu após a Primeira Guerra Mundial.

Por outro lado, até o início do século XVII, a infância era ignorada e as crianças eram tratadas com liberdades grosseiras e brincadeiras indecentes, uma vez que os adultos não acreditavam na sua inocência. A pedofilia, as brincadeiras sexuais e o uso da mesma cama entre crianças e adultos faziam parte dos costumes daquela época.

Os filhos viam e ouviam tudo o que acontecia no mundo dos pais. Como não se acreditava na existência de uma inocência pueril, os adultos pensavam que para o indivíduo com muita pouca idade, esses gestos e atitudes não teriam conseqüências, pois se neutralizariam na memória dos pequenos. “Aos 13 anos e meio, um rapaz do século XII já podia se casar com uma moça (com pelo menos 11 anos e meio) sem que ambos precisassem pedir autorização para seus pais - o que, de acordo com a atual legislação brasileira, só se pode fazer a partir de 21 anos.” (BADINTER; 1986, 43)

Dessa forma, o desenvolvimento das capacidades das crianças se dava a partir das relações mantidas com os mais velhos, pelas quais elas eram preparadas para assumir funções dentro da organização social. Portanto, a infância era retratada pelas afinidades que os adultos estabeleciam com as crianças, ou seja, tudo era permitido, realizado e discutido na sua presença.

No âmbito familiar, as relações ainda eram muito mais baseadas em princípios morais e sociais do que sentimentais, considerando-se desnecessário o esforço dos pais

⁶, disponível em <http://disciplinasdehistoria.blogspot.com/2010/10/resenha-do-livro-de-philippe-aries.html>, acesso em: 01/08/2011

quanto à transmissão de valores e ensinamentos. O sentimento de amor entre os pais e entre estes e seus filhos não era tido como fundamental para a felicidade da família, sendo raras as demonstrações de carinho e trocas afetivas.

Tanto a família aristocrata quanto a camponesa costumavam comportar um grande número de filhos, dos quais, muitas vezes morriam vários, o que era encarado com naturalidade. A morte dos pequenos era lamentada, porém, facilmente substituível, devido aos altíssimos índices de natalidade. "Perdi dois ou três filhos, não sem tristeza, mas sem desespero" (MONTAIGNE apud ÀRIES;1981,157). Dessa forma, a criança não saía de uma espécie de anonimato.

Segundo Philippe Ariès, a vida da criança, mesmo em seus primeiros anos, era considerada com a mesma ambigüidade com que hoje se considera a de um feto em formação, com a diferença que o infanticídio era abafado no silêncio, enquanto que o aborto, hoje, não raro é reivindicado em voz alta.

A rejeição aos pequenos durante o período medieval podia ser facilmente percebida, por exemplo, pela recusa das mães a amamentar, fazendo com que surgissem na França, as primeiras agências de amas de leite no século XIII. Inicialmente, elas eram contratadas somente pela aristocracia, mas passaram a ser requisitadas até pelas classes mais baixas da população, até o século XVIII.

Para os casais mais pobres da sociedade européia, um filho chegava a ameaçar a sua própria subsistência, levando-os a adotar "comportamentos mais ou menos tolerados, que levavam a criança rapidamente para o cemitério, como o hábito de dormirem na mesma cama que os recém nascidos, provocando acidentes mortais por sufocação". (BADINTER; 1986, 75). Outra prática comum nesse período consistia em entregar a criança para que outra família a educasse. Se sobrevivesse, o retorno para casa se dava aos sete anos, idade em que estaria apta para ser inserida na vida da família e no trabalho.

Somente a partir do século XVII, a interferência dos poderes públicos e a preocupação da Igreja em não aceitar passivamente o infanticídio, antes secretamente tolerado, colaboraram para uma mudança em relação aos cuidados com as crianças. Do ponto de vista da sexualidade, educadores franceses e ingleses começaram a se preocupar com o tratamento dos infantes. As imagens utilizadas nos livros passaram a ser repensadas e os conceitos de pudor e castidade começaram a ganhar relevância.

Essas mudanças culturais, influenciadas pelas transformações sociais, políticas e econômicas que a sociedade estava passando, implicaram transições de comportamentos no

interior da família e das relações estabelecidas entre pais e filhos. O fato de a criança passar a ser educada pela própria família gerou um novo sentimento por ela.

Segundo Philippe Ariès, esse momento de surgimento do sentimento de infância se constituiu por duas etapas chamadas de *pararicação* e *apego*. A *pararicação* seria despertada pela beleza, ingenuidade e graciosidade da criança, fazendo com que os adultos se aproximassem cada vez mais dos filhos. Assim, seus gracejos eram mostrados a outros adultos, fazendo da criança uma espécie de distração, tornando-se um *bichinho de estimação*.

...ela fala de um modo engraçado: e *titota, tetita y totata*.... e (..) .eu a amo muito. (...) ela faz cem pequenas coisinhas: faz carinhos, bate, faz o sinal da cruz, pede desculpas, faz reverência, beija a mão, sacode os ombros, dança, agrada, segura o queijo: enfim, ela é bonita em tudo o que faz. Distraio-me com ela horas a fio.....(ARIÈS; 1981, 68)

Diante da necessidade de manter viva uma pessoa provida de tanta beleza e graça, surgiram medidas para salvá-la e garantir sua sobrevivência. As condições de higiene foram melhoradas e a preocupação com a saúde das crianças fez com os pais deixassem de ser indiferentes à morte dos seus filhos, aceitando o fato com pesar e conformando-se como sendo a vontade de Deus, segundo a orientação religiosa da época.

Nesse contexto, os adultos adquiriram a consciência de que a alma das crianças também era imortal, dando uma importância muito maior à personalidade dos pequenos. Isso se ligava a uma cristianização mais profunda dos costumes, resultando no fortalecimento da religiosidade cristã, que foi responsável pelo surgimento da figura da criança mística ou criança anjo; “(...)essa imagem da criança associada ao Menino Jesus ou Virgem Maria, causa consternação, ternura nas pessoas” (OLIVEIRA;1999,22).

A representação da criança mística foi se transformando aos poucos, assim como as relações familiares. A figura do menino Jesus, os trechos do evangelho nos quais Jesus está com as crianças e os santinhos começaram a ganhar relevância e foram valorizados. Criou-se a figura do anjo da guarda e a primeira comunhão tornou-se progressivamente a grande festa religiosa da infância.

Essa atenção dada à criança passou a ser norteada pelo conjunto de ideias que se associaram a ela desde então: a ingenuidade, a inocência, a pureza ainda não “contaminada” pelos segredos dos adultos. Assim, inaugurou-se o “conceito de criança como uma classificação específica de seres humanos que requerem um tratamento especial, diferente daquele aplicado ao adulto”. (STEINBERG & KINCHELOE; 2001,11).

Paralelamente a esse novo sentimento pela criança, o intuito de discipliná-la manifestava-se quase sempre dotado de grande rigor na sociedade. O que, aparentemente seria um paradoxo, refletia apenas as fortes intenções da família em preparar seus filhos para integrar a sociedade da forma mais frutífera possível, com o detalhe de que a própria família se julgava apta a definir o destino de seus descendentes.

Dessa forma, o outro momento de surgimento do sentimento da infância, o *apego*, já citado anteriormente, era reflexo de uma manifestação da sociedade contra a *paparicação* da criança, e propunha separá-la do adulto para educá-la com base no rigor e na disciplina, dentro de uma visão mais racional.

Nesse contexto, estudiosos e pensadores desenvolveram ideias inovadoras sobre a infância e a educação, afirmando que os educadores seriam responsáveis pela alma dos alunos perante Deus e que seus deveres não consistiam em apenas transmitir o conhecimento, eles deveriam também formar os espíritos, inculcar virtudes, educar tanto quanto instruir.

Os colégios, pequenas escolas e casas particulares começaram a se multiplicar, desenvolvendo uma metodologia pautada na disciplina, na moralidade e no rigor formal através da institucionalização de novos hábitos em forma de regras.⁷ (Anexo 1; p 58)⁸

Alguns desses princípios criados foram: 1º) Não deixar as crianças sozinhas, sendo necessária uma vigilância contínua; 2º) Evitar mimar, habituando-as cedo à seriedade; 3º) Necessidade de recato, e preocupação com a decência.; 4º) Ensiná-las a ler bons livros, evitar canções populares, comédias, espetáculos e o contato com os criados.; 5º) Evitar tratamentos íntimos, substituindo o “Tu” pelo “Vós”(ARIÈS apud PEREIRA; 2010).⁹

O novo sistema disciplinar fugia das raízes da antiga escola medieval, já que o mestre passou a se interessar e a ser responsável pelo comportamento de seus alunos fora da

⁷ Contemporaneamente, colégios dotados de uma disciplina rígida e, na maior parte das vezes, religiosos, ainda são vistos como escolas-modelos de educação. Instituições como o São Bento, exclusivo para rapazes, e Santo Agostinho alcançam os primeiros lugares no ranking dos melhores colégios da cidade do Rio de Janeiro. Ainda assim, recentes escândalos de agressões e práticas de bullying, têm colocado essas escolas no centro de discussões sobre o papel das instituições e dos professores nos casos de violência e assédio contra os alunos.

⁸ “Adolescente acusado de agredir menino em colégio prestará depoimento em delegacia do Rio na sexta-feira”, Revista *Veja* 02/06/11

⁹, disponível em <http://disciplinasdehistoria.blogspot.com/2010/10/resenha-do-livro-de-philippe-aries.html>, acesso em: 01/08/2011

sala de aula. Surgiu, dessa forma, a obrigatoriedade de responsabilidade moral dos educadores. “Para definir esse novo sistema, três características: a vigilância constante, a delação erigida em princípios de governo e em instituição, e a aplicação ampla de castigos corporais.” (ARIÈS apud PEREIRA; 2010) ¹⁰

Inserida na lógica de formação de um Estado hierárquico e absolutista, a educação passou a ser regida por uma disciplina humilhante e autoritária, baseada no uso do chicote e da espionagem. O castigo corporal tornou-se algo corriqueiro tanto para crianças quanto adolescentes, ainda que por diferentes formas de maus tratos.

Deve-se ressaltar que os adultos não recebiam esses castigos, marcando um novo paradigma de educação em relação aos costumes da Idade Média, nos quais não havia distinção entre jovens e adultos. O modo de aplicação dessa disciplina servia também para distinguir as diferentes camadas sociais, já que os fidalgos não recebiam essas torturas.

“Logo, o sentimento da particularidade da infância, de sua diferença com relação ao mundo dos adultos, começou pelo sentimento de sua fraqueza, que a rebaixava a um nível mais inferior”. (ARIÈS apud PEREIRA; 2010) ¹¹

Até o final do século XVII, acreditou-se que era preciso humilhar as crianças para distinguí-las e melhorá-las. A lógica vigente desse período era a de punição constante, na qual a ordem era a de corrigir para disciplinar, muitas vezes com agressões físicas em casa e nas escolas.

No entanto, ao longo do tempo, foi sendo desenvolvido um sentimento de repugnância e reprovação ao caráter servil dado ao castigo. Surgiu, então, no século XVIII, uma nova concepção de educação e do sentimento de infância, desvinculados da ideia de fraqueza e descrente da necessidade de humilhação das crianças. Tratava-se de despertar, ainda na infância, a responsabilidade do adulto, o sentido da sua dignidade. A criança era, agora, mais preparada para a vida do que inferior ao adulto.

Esse pensamento legitimava que a criança assumisse responsabilidades próprias de adultos, sendo muito comum que ela servisse como mão-de-obra de trabalho para muitas famílias, ou como operárias nas fábricas, uma vez que não existiam leis de proteção aos menores. Somente “com o advento da classe-média e a crescente escolarização da população,

¹⁰, disponível em <http://disciplinasdehistoria.blogspot.com/2010/10/resenha-do-livro-de-philippe-aries.html>, acesso em: 01/08/2011

¹¹, disponível em <http://disciplinasdehistoria.blogspot.com/2010/10/resenha-do-livro-de-philippe-aries.html>, acesso em: 01/08/2011

o trabalho infantil passou a ser combatido pelas políticas públicas, contribuindo para a separação entre a vida adulta, suas regras e convenções, e a vida ' inocente e pura ' das crianças” (JENKINS; 1998, 19).

A partir da metade do século XIX, iniciou-se uma política mais contundente de esvaziamento das crianças nas fábricas e posterior inserção nas escolas. Paralelamente, criaram-se ou aprimoraram-se ciências que se voltavam à especificidade da infância, como a Pedagogia, a Psicologia e a Pediatria.

No fim do mesmo século, o protótipo da família moderna se estabeleceu definitivamente, consolidando a noção de responsabilidade dos pais em garantir o bem-estar das crianças em um ambiente saudável e amoroso. Nesse período, a concepção de infância moderna atingiu tamanho respaldo social que se naturalizou pelo senso comum e pela Ciência, enquanto artefato fisiológico. Posteriormente, o avanço das práticas de seguro de vida e das leis de proteção foi consolidado no *Estatuto da Criança e do Adolescente* no Brasil e no mundo.

3. A representação da infância na televisão brasileira

A partir da década de 80, verificou-se um movimento de reorganização familiar, baseado no processo de independência da mulher e na mudança de papéis desempenhados por cada sexo. Apesar de os tradicionais padrões sócio-culturais determinarem que caberia aos pais a tarefa de educar e administrar o que acontece no lar, essas atribuições tornaram-se cada vez menos praticadas devido, dentre outros fatores, ao aumento do número de separações conjugais e à inserção expressiva das mulheres no mercado de trabalho.

A elevação do custo de vida e as exigências profissionais cada vez mais competitivas obrigam pais e mães a cumprirem longas jornadas de trabalho, dificultando ainda mais o contato com os seus filhos.

Com os pais divorciados e ausentes de casa por períodos de tempo bem extensos, as crianças de classe média costumam passar a maior parte do tempo ou sozinhas ou na companhia de parentes idosos (avó ou avô) e empregadas domésticas, facilitando o consumo excessivo e não seletivo dos programas de TV, principalmente, daqueles não recomendados para o público infantil. Segundo uma pesquisa realizada pelo IBOPE em 2005, as crianças brasileiras gastam por dia, 4h51min19s em frente à televisão, tempo recorde entre o público infantil da América Latina.

Dessa forma, a televisão passa a desempenhar o papel de companheira ou babá com uma programação que abrange desde turnos matutinos voltados para o público infantil, nos canais abertos, até estações a cabo direcionadas exclusivamente para os telespectadores mirins, ainda que seus apelos publicitários também busquem persuadir seus pais.

Diante do impacto e da relevância atribuídos à televisão na sociedade contemporânea, cabe analisar como são construídos os sentidos e as representações da infância tanto nos programas destinados a esse público como no restante da grade das emissoras.

A forma como as crianças são retratadas nos telejornais, nos comerciais televisivos e nos programas de entretenimento é reflexo de um conjunto de valores disseminados pela mídia e regulamentados pelos órgãos de fiscalização, consoantes com as condutas e políticas do Estado. Esses e outros aspectos serão analisados neste capítulo.

3.1 O histórico de regulamentação do Estado

Para compreender a representação da infância na televisão brasileira ao longo do tempo, é fundamental analisar o histórico de regulamentação do Estado na legislação, na política e nas práticas sócio-culturais, que foram fundamentais para dar sentido à construção das relações sociais em cada período. As condutas do Estado na proteção aos direitos das crianças nas telecomunicações estão diretamente vinculadas às características sociais e políticas enraizadas na formação da nossa sociedade.

Para uma compreensão histórica mais profunda, será realizado um panorama de representação das crianças na sociedade brasileira, desde o final do período colonial, mais de um século antes da inauguração do primeiro canal de televisão, até uma breve análise em torno das políticas estatais atuais.

Durante o período colonial, a criança brasileira era tratada pela mãe ou pela ama com práticas um tanto incomuns aos europeus. Desde o século XVI, havia no Brasil uma preocupação em preservar o recém-nascido das doenças e da morte, através de fetiches, orações, bruxarias e práticas contra o mau olhado, crenças herdadas do nosso sincretismo cultural. Essa peculiaridade de cuidados especiais com a vida do bebê pode ser explicada pela influência das culturas indígena e africana, somada à importância econômica de se povoar a Colônia.

Apesar da presença muito mais contundente do carinho materno na primeira infância quando comparado aos padrões europeus, no tocante à educação, a doutrina pedagógica assemelhava-se às práticas da Europa. Dessa forma, até o final do período colonial, a criança também era vista como um adulto em miniatura após os 7 anos de idade, pois deveria adquirir conhecimento e noções de boa educação a fim de tornar-se um indivíduo responsável.

Segundo Martha Abreu e Alessandra Martinez, o termo criança foi citado pela primeira vez em um documento brasileiro, ainda que de maneira esparsa, apenas em 1823, nos Annaes da Assembléia Constituinte, que discutiu, entre outros pontos fundamentais para a reconstrução da ex-colônia, a difusão do ensino à população. Ainda no período imperial, iniciou-se a discussão jurídica em torno da criança como “menor”. O Código Criminal do Império de 1830, estabelecia a idade de 14 anos como limite para a responsabilidade penal, sendo reduzida para 9 anos pelo Código Penal de 1890.

Pode-se constatar que desde essa época, já havia uma necessidade de diferenciar, ainda que de maneira informal, a criança e o menor, sendo este último visto como um criminoso real ou potencial: o indigente, o abandonado, o órfão etc.¹² (Anexo 2; p 60)¹³

Em 1871, a Lei do Ventre Livre inaugurou, nesse mesmo período, diferentes discursos e projetos voltados para uma “proteção” e um “amparo” às crianças. Como os descendentes de escravos foram declarados livres, iniciou-se uma série de preocupações sociais com a criança, principalmente aquela pertencente aos setores mais pobres da sociedade.

Essa lei determinou que aos senhores do engenho, caberia a responsabilidade de criar e educar os filhos de escravos até os 8 anos de idade. A partir daí, eles poderiam optar entre receber do Estado uma indenização (enviando a criança para asilos ou instituições filantrópicas) ou usar o trabalho da criança até que esta completasse 21 anos.

Em um tom positivista, as visões que colocavam as crianças como verdadeiras responsáveis pela elevação da pátria ao ‘progresso’ e à civilização, futuros cidadãos que simbolizam a prosperidade da nação, começaram a ganhar relevância na sociedade.

Durante a República Velha (1889-1930), o debate em torno da criança como base fundamental para o engrandecimento da nação, tornou-se ainda mais contundente. O número de escolas, hospitais e instituições voltados para a assistência da infância aumentou consideravelmente nesse período. Profissionais como juristas, filantropos, pedagogos e médicos higienistas passaram a dedicar uma atenção ainda mais diferenciada à infância.

Os marcos mais expressivos, frutos dessa nova política que visava à regulamentação das condutas relacionadas à infância, foram a fundação do Juizado de Menores, em 1923, e a criação do primeiro Código de Menores, em 1927.

Segundo Irene Rizzini, mediante uma lógica que objetivava a organização das formas de trabalho, da educação, da prevenção e da recuperação de “criminosos” e “delinqüentes”, a chamada desorganização familiar passou a ser vista como fator

¹² Ainda nos dias de hoje, torna-se clara essa diferenciação por muitas esferas da sociedade brasileira. A criança que gera comoção e solidariedade no programa *Criança Esperança* da *Rede Globo* é vista de uma maneira completamente distinta daquela para a qual o(a) motorista fecha o vidro com medo de ser assaltado(a) no sinal de trânsito. A criança que encanta e apaixona a população nas telenovelas ou nas propagandas publicitárias possui um status de infância completamente diferente do pivete viciado que praticou um furto em um estabelecimento ou cometeu algum outro crime contra a sociedade.

¹³ “Crime contra o futuro”, Revista *Veja* 22/09/09

determinante da criminalidade infantil. Isso serviu como justificativa para que o Estado retirasse o Pátrio Poder da família se julgasse inadequada a educação transmitida por ela aos filhos.

Dessa forma, é possível estabelecer relações entre a história da infância no resto do mundo e em um contexto de diferenças sociais como o brasileiro:

(...)enquanto que a criança das classes ricas podia contar com a proteção e o amparo de uma família nos típicos e valorizados moldes burgueses europeus, a criança pobre (ou o menor) era vista como um problema social e, muitas vezes, retirada do seio familiar e transferida para instituições.(HAMANN;2002,36)

Posteriormente, entre as décadas de 1930 e 1960, houve algumas manifestações de parcelas da sociedade em prol de uma reformulação no Código de Menores, com o objetivo de acentuar o seu caráter social e preventivo, em detrimento do punitivo. O início da ditadura militar em 1964 interrompeu esse debate e inaugurou uma fase marcada por um modelo de Estado autoritário e paternalista.

Esse novo período, que vai de 1964 a 1985, teve como principal característica considerar que a população brasileira seria formada por pessoas imaturas, sem autodeterminação, submetidas à tutela de seus pais (O Estado e suas Forças Armadas), que se encarregariam de sua educação, dentro dos objetivos da Segurança Nacional. A sociedade foi infantilizada e vista como um sujeito político despreparado para as atividades cidadãs.

Dessa forma, pode-se realizar uma comparação entre a forma como a população era tratada e a concepção de imaturidade infantil pensada pelo filósofo liberal John Locke. Para ele, a liberdade de agir livremente de acordo com a sua vontade é um privilégio do homem pelo fato de ser dotado de razão. Daí, a autoridade dos pais, que devem governar a menoridade de seus filhos. O mesmo acontecia em relação ao exercício de poder das instituições nacionais perante a sociedade.

Podem-se citar exemplos concretos dessa doutrina de adestramento da população nos programas televisivos desse período. Os heróis do tipo Capitão Asa, da Força Aérea Brasileira, davam o exemplo de como uma criança deveria se comportar. A censura da televisão em relação às obras de arte que possuíam algum tipo de nudez, como a reprodução de Davi, de Michelangelo, era feita com o objetivo de que uma presumível imoralidade não destruísse os alicerces da criança brasileira.

A intervenção contundente do Estado se dava tanto pelos órgãos capazes de filtrar e de vetar a exibição de filmes e de programas televisivos quanto pelo aspecto jurídico. O

segundo Código de Menores de 1979 reafirmava a concepção de anormalidade das crianças com menos de 9 anos em situação de “risco” (abandono, violência doméstica, pobreza, vícios etc.), nas quais as ações do Estado seriam necessárias.

No início dos anos 80, os debates em torno da reabertura política se manifestaram nos meios de comunicação através do questionamento sobre a maturidade da população brasileira. O ano de 1985 marca o fim da ditadura militar no Brasil e a disseminação das ideias capitalistas neoliberais no mundo. Nacionalmente, essas ideias se desenvolveram somente na década de 90, com uma política de Estado mínimo, caracterizada por poucas interferências no campo da economia.

Essa nova conjuntura desencadeou a privatização de muitas empresas no campo das telecomunicações, da siderurgia, da energia elétrica etc. Na televisão, importou-se o modelo norte-americano implementado durante o governo Reagan, que preconizava a desregulamentação do maior veículo de comunicação em massa, seja em relação aos adultos seja em proteção à infância, garantindo, dessa forma, a livre concorrência.

A diferença é que o governo Reagan desenvolveu práticas de proteção à infância como o advento da escola obrigatória, leis trabalhistas para proteger as crianças e jovens, fóruns jurídicos especiais, retirando-as do espaço público, do sexo e do trabalho. Já no Brasil, o discurso defensor de uma autonomia infantil diante da televisão prevaleceu e as poucas regulamentações que ainda existem, situam as crianças dentro de um sistema de leis que, apesar de afetá-las diretamente, não as tornam o foco principal das preocupações.

Em vez disso, outros objetivos sociais poderosos são as razões de tais leis. Segurança no trânsito, controle de crimes violentos e a regulamentação do aborto, por exemplo, são objetivos sociais em que a criança tem papéis incidentais, e as leis que afetam as crianças nessas áreas provocam debates políticos e práticos que deixam as crianças de lado nessas discussões (MINOW;1996,45).

Nesse contexto, é importante ressaltar que o Código Nacional de Telecomunicações surgiu em 1962, período em que a televisão apenas engatinhava, inexistindo ainda um mercado de bens culturais onde as crianças poderiam ser alvo da publicidade e dos conteúdos televisivos. Posteriormente, não se desenvolveu uma política cultural televisiva específica para a infância.

Essa aparente falta de política é, na realidade, uma conduta muito clara: a de não intervenção do Estado nas telecomunicações, deixando-as à mercê das leis do mercado. Esse neoliberalismo em questão atende aos interesses comerciais e fornece aos canais de televisão

o poder de decisão nas suas grades de programação. Dessa forma, o governo brasileiro estabeleceu para a televisão uma política neoliberal mais forte do que aquela existente nos Estados Unidos, na qual os canais televisivos passaram pela liberalização de Reagan, mas tiveram de obedecer ao Children's Television Act de 1990.¹⁴

Cabe ressaltar que essa discussão em torno da proteção à infância deve ser ampla, a fim de que não se caia em um moralismo retrógrado. A Associação Brasileira de Emissoras de Radiodifusão (ABERT) possui em seu código de ética, um conteúdo reconhecido por ela própria como demasiadamente moralista.

Nesse sentido, torna-se fundamental para a legislação de direitos da infância conceber a criança como “sujeito integrante da sociedade”, com capacidade para exercer os seus próprios direitos e não simplesmente considerar que estes devem ser tutelados pelo Estado, pela família, por ONG's etc, ainda que as responsabilidades dessas instituições não sejam eximidas.

Os meios de comunicação atendem muito mais às necessidades e aos interesses comerciais, esvaziando o seu estatuto de dever público. O papel do Estado e dos organismos reguladores na área de radiodifusão não pode estar completo se a legislação não considera os veículos de comunicação como bens da sociedade.

É preciso que também haja representantes de diferentes setores da sociedade civil e não apenas funcionários públicos e membros de associações de empresários de rádio e televisão, em idêntica proporção nos organismos encarregados de garantir e controlar o cumprimento da legislação de proteção à infância nos sistemas de televisão massiva, a cabo e por satélite.

Nesse sentido, o papel de regulamentação do Estado não deve ser apenas o de restringir, adequando a programação ideal para o público infantil. Cabe a ele, também, o dever de fomentar políticas de incentivo à representação da diversidade, favorecendo conteúdos educativos e de produção local para a audiência infanto-juvenil.

¹⁴ A Children's Television Act foi promulgada em 1990 nos Estados Unidos com o intuito de aumentar o potencial da televisão em fornecer às crianças conteúdo educativo e de qualidade. Em agosto de 1996, a Comissão Federal de Comunicações estadunidense aprovou novas regras aprimorar a promulgação dessa lei, como por exemplo: iniciativas projetadas para garantir maior conscientização dos pais, maior adequação dos programas às faixas de horários, dentre outros.

3.2 A construção dos valores pelos telejornais

Segundo Beatriz Becker, os telejornais são os produtos de informação de maior impacto na sociedade contemporânea e as principais fontes de conhecimento para a maioria da população brasileira. Dessa forma, eles produzem sentidos e valores que provocam efeitos de realidade, uma vez que essas construções são respaldadas por uma pretensa objetividade e pelo mito da imparcialidade. Além disso, o uso de personagens da vida real e os fatos sociais como matéria-prima da produção contribuem para o efeito de verossimilhança e de realidade conferido aos telejornais.

A análise da linguagem e da narrativa telejornalísticas oferecem objetos empíricos que refletem valores e construções consolidados pela própria sociedade ao longo do tempo. Para que se possa realizar um panorama da representação da infância e seus impactos contemporâneos, será analisada parte de uma edição do *Jornal Nacional*, telejornal brasileiro de maior audiência na atualidade. Antes de analisar o discurso da reportagem propriamente dita, cabe desenvolver um conceito associado à narrativa dessa matéria. Trata-se do conceito de felicidade interrompida.

Como já foi visto anteriormente, ao longo do tempo, a infância passou a ser associada a uma fase de pureza e inocência, em um mundo mágico, imaculado e não contaminado pelas maldades e vícios da vida adulta. Dessa forma, a associação dos pequenos como anjos que não ainda cometeram pecados, remete a infância a uma felicidade plena, na qual a criança é um ser puro que deve ser protegido das influências negativas do mundo adulto. Esse estado de plenitude pode ser interrompido por alguma fatalidade ou maldade cometida pelos mais velhos, ou então, ele termina quando o indivíduo deixa de ser criança.

É interessante estabelecer uma comparação entre esse conceito e o pensamento do “bom selvagem”, desenvolvido pelo filósofo Jean-Jacques Rousseau. Para ele, o homem em seu estado natural nasceria um ser essencialmente bom, com qualidades superiores que seriam corrompidas pela estabelecimento da sociedade civil e pela formalização de contratos legais e de convivência entre os indivíduos. O ambiente natural seria extremamente abundante, acolhedor e atenderia às necessidades do homem na medida exata, principalmente em relação aos recursos alimentares disponíveis, cuja preservação seria uma de suas poucas preocupações.

Suas módicas necessidades encontram-se tão facilmente ao alcance da mão e ele está tão longe do grau de conhecimentos necessários para desejar adquirir outros maiores, que não pode ter nem previdência, nem curiosidade. O espetáculo da natureza, à força de se lhe tornar familiar, tornase-lhe indiferente.(ROSSEAU;1755, 58)

Essa relação de equilíbrio entre o indivíduo e a natureza seria bruscamente interrompida quando ela passasse a se inserir em um contexto de dominação através de regras e contratos convencionados pela sociedade.

Dessa forma, é possível estabelecer uma comparação entre as virtudes de bondade e pureza do “selvagem” e as características atribuídas à criança. Outra associação pertinente pode ser feita entre a nostalgia do estado de natureza, desenvolvida por Rousseau, e o saudosismo da infância, presente em nossa sociedade. No Brasil, a maior expressão dessa importância conferida aos primeiros anos de vida do homem pode ser constatada na segunda fase do Romantismo, movimento literário do século XIX.

Já a nostalgia dos tempos primitivos seria, para Rousseau, tão profunda quanto a impossibilidade do homem de viver em sociedade de maneira tão pacífica e sadia quanto vivia naquele estado. Afinal, “a maioria de nossos males é obra nossa e (...) os teríamos evitado quase todos conservando a maneira de viver simples, uniforme e solitária que nos era prescrita pela natureza”. (ROSSEAU; 1755, 152).

Após a explanação do conceito de felicidade interrompida, torna-se possível analisar o conteúdo e a linguagem de um trecho da série de reportagens citada anteriormente. Trata-se de matérias veiculadas no *Jornal Nacional*, em março de 2008, cuja pauta consistia nas mortes e tragédias decorrentes de um dos piores surtos de dengue já registrados no Brasil.

O jornalista William Bonner inicia a edição selecionada, fazendo uma comparação entre o ano de 2007, no qual 158 brasileiros haviam morrido em consequência da doença, sendo que 61 deles possuíam menos de 14 anos, e o ano de 2008, no qual, ainda no mês de março, somente o estado do Rio de Janeiro, já havia registrado 49 mortes causadas pela dengue. Para uma avaliação mais minuciosa, mostrou-se necessária a transcrição de cerca de 5 minutos da reportagem.¹⁵

¹⁵ Edição do Jornal Nacional, Rede Globo de Televisão, dia 24 de março de 2008

LOC V1(Fátima Bernardes)	Nesse grupo de cidadãos, a maioria era naturalmente mais frágil, tinha menos de 15 anos, eram crianças, tinham uma vida toda pela frente. Tinham uma família, um endereço, tinham um nome.
RODA VT LOC V1	Brenda Ventura Borges, Michel Silva dos Santos, Stefany Ramos Campos, Euclides Vieira, Josué dos Santos Andrade, José Ricardo Porfírio da Silva
OFF1	Amanda Santos da Silva. A menina, que faz poses para a câmera fotográfica, morava nessa comunidade pobre. Filha de Deise, segurança, e de Adílson, gari. Uma adolescente. Estudava, adorava novelas, tinha paixão pelo cachorro Tico e fazia planos.
Sonora com a mãe de Amanda, Deise Santos	Deise Santos:”Tava planejando também uma festa de 15 anos dela, que seria dia 28 de fevereiro de 2009, eu estava juntando dinheiro.”
OFF2	Amanda não gostava muito de sair de casa, era uma adolescente tranqüila e saudável até se queixar dos primeiros sintomas da doença. Febre, dores no corpo, dores de cabeça. Os pais levaram a menina ao hospital. Ela foi internada e dois dias depois, no dia 15 de março, Amanda faleceu. (...)
OFF3	A dengue matou Amanda Santos da Silva aos 14 anos de idade.
LOCV1	Marlon de Oliveira Ferreira, Carlos Eduardo dos Santos, João Vítor Willer Santana, Evelyn Simeão de Freitas, Sarah Loyola de Souza.
RODA VT OFF1	Patrick Luís de Souza Gomes morava na cidade de Deus. Filho do meio de Jorge. O pai traz lembranças nas mãos. A mochila com os brinquedos preferidos, o material escolar.
Sonora com o pai de Patrick, Jorg	Jorge Gomes: “O caderno, a borracha, cola, lapiseira...tudo. Lápis de cor, tudo ele que escolheu.”
OFF2	PASSAGEM: Mas Patrick nem chegou a usar os cadernos e lápis que ele escolheu com tanto carinho. Na primeira semana de aulas, o menino não pôde ir para a escola. O pai teve que levar o filho ao hospital.
OFF2	Primeiro veio a febre, depois dores e vômitos. No quarto dia, o fã de super-heróis não resistiu.
Sonora com o pai de Patrick, Jorge	“Ele era o xodó da família. Não descartando os outros, né? Mas ele era o Patrick, ele era o super-homem.”

OFF3	A dengue matou Patrick Luís de Souza aos 7 anos de idade.
RODA VT LOC V1	Marcônio Oliveira da Silva, Andressa Rodrigues Dias, Tainá Vitória da Silva Netto, Alexander Rosário Pereira Júnior,
OFF1	Samuel Conrado da Conceição. O pai dele nos recebe na porta de casa, em São João de Meriti, Baixada Fluminense.
	PASSAGEM: Já faz quase um mês que essa casa está mais silenciosa. Era aqui, na varanda, que o menino Samuel gostava de passar a maior parte do tempo. Onde brincava e onde fazia os deveres da escola. Para ele, era o lugar preferido da casa. O lugar que agora, fica o tempo todo assim: vazio.
Sonora com o pai de Samuel	Pai de Samuel: “Onde ele brincava, fazia a cabana dele aqui assim. Essa era a cadeirinha dele, gostava muito de ficar sentado, escrevendo, fazendo os deveres de escola.”
OFF2	Na família evangélica, o garoto que nasceu depois de muito esforço, ganhou nome bíblico. Samuel adorava ir à igreja. Na casa, ficaram as fotos de uma vida breve, de um menino de bem com a vida.
Sonora com o pai de Samuel	Pai de Samuel:”Ele gostava de salvar a vida das pessoas. Ele queria ser médico e depois bombeiro.”
OFF3	A dengue matou Samuel Conrado da Conceição aos 8 anos de idade.
RODA VT LOC V1	Guilherme Pereira Barbosa, Jean Enzo Pereira Martins, Vitória Marcelle Gomes Pacheco, Kailaine Belisário Brandão, Thaís Pereira Silva, Daniel Carreiro Evaristo
OFF4	Leonardo da Silva Santos. O menino ainda dormia na mesma cama que a mãe na casa pequena, na zona rural de Campos, norte do estado do Rio. No quarto, um carrinho de bebê, roupas e muitas saudades. Leonardo não tinha muitos brinquedos, era uma criança brincalhona por natureza. Esperta, levada. De repente, a doença. A mãe nem desconfiava de dengue. Tudo foi muito rápido.
OFF5	(...) A dengue matou Leonardo da Silva Santos com 1 ano e 6 meses.

A narrativa do trecho da reportagem segue um padrão baseado na dramatização, na individualização de personagens isolados para representar a categoria das crianças e na felicidade interrompida por uma fatalidade. Os casos retratados são de famílias miseráveis, cujas crianças parecem viver uma felicidade plena, apesar da pobreza e das péssimas condições de vida e de moradia.

A construção do discurso induz a acreditar que eram jovens muito felizes e cheios de sonhos que, certamente, se tornariam realidade, mas, a fatalidade da doença interrompeu a plenitude dos pequenos. O enredo de cada caso trágico segue uma fórmula idêntica, colocando as crianças como protagonistas de histórias que se repetem e cujos personagens principais são identificados pelo nome completo, com o objetivo de aumentar o impacto de comoção sobre o telespectador.

Os relatos desses casos fatais de felicidade interrompida, geralmente associada a algum brinquedo ou bem material (vinculando a plenitude ao consumo), comove os telespectadores, fazendo-os esquecer dos graves problemas sociais do Brasil e do descaso das autoridades. Essa dramatização é responsável por um envolvimento emocional tão profundo do público, que faz com que ele desconsidere as causas estruturais que permitiram que um novo surto da doença, inúmeras vezes mais agressivo, ocorresse novamente no país.¹⁶

As crianças da reportagem eram muito pobres e passavam por dificuldades antes da doença, elas não eram plenamente felizes como a matéria tenta transmitir. Dessa forma, os telejornais nomeiam crianças específicas e individualizam os problemas enfrentados por milhares de famílias de todo o Brasil em casos particulares.

A vida real é contada como se fosse um filme de ficção pelos telejornais, gerando dimensões distorcidas de percepção da realidade, o que produz sentidos de reforço ao sistema e de manutenção de valores hegemônicos. Esses artifícios objetivam reduzir a capacidade de questionamento da população sobre os reais problemas enfrentados pelas crianças no Brasil:

¹⁶ A dramatização é um recurso bastante utilizado pelos telejornais, que tem como principal objetivo comover o telespectador através da emoção e da identificação com personagens da vida real, esvaziando a complexidade dos temas. Como um dos exemplos mais recentes de grande impacto na sociedade brasileira, pode-se citar o caso da menina Isabella Nardoni que, aos 5 anos de idade, foi defenestrada do sexto andar de um edifício, em março de 2008, sendo o pai e a madrasta os responsáveis pelo crime. O assunto ocupou tanto espaço na mídia que, segundo uma pesquisa divulgada pela *CNT/ Sensus*, em abril de 2008, 98,2% dos entrevistados afirmaram ter conhecimento da morte da menina. O caso chegou a ocupar cerca de 8 minutos e 29 segundos de uma edição televisiva da revista eletrônica *Fantástico* e foi pauta de 50 matérias da versão online da *Folha de São Paulo*, no período de 27 de abril a 12 de maio de 2008.

suas condições de moradia, o acesso aos setores básicos como saúde e educação e o respeito aos seus direitos consolidados no Estatuto da Criança e do Adolescente, os quais serão abordados e analisados no próximo subcapítulo.

3.3 A violação dos direitos da infância na televisão

Instituído em 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente regulamenta os direitos das crianças (até os 12 anos) e dos adolescentes (dos 12 aos 18) e determina o cumprimento de condutas sociais adequadas à infância, levando em consideração sua condição peculiar de “pessoa em desenvolvimento” (Art. 6º).¹⁷ Inspirado pelas diretrizes fornecidas pela Constituição Federal de 1988, ele internaliza uma série de normativas internacionais, dentre as quais, se encontra a Declaração Universal dos Direitos da Infância.¹⁸

Em se tratando da relação específica criança-televisão, o artigo 17 do Estatuto relaciona o respeito aos direitos da infância ao conceito de “preservação da imagem”, fornecendo uma interpretação vaga e confusa, uma vez que não deixa claro se essa preservação está vinculada ao uso do menor de idade na mídia e, além disso, não aborda a questão principal: a forma como ele é retratado.¹⁹ O artigo 71 complementa o anterior, vinculando o direito à “informação”, à “cultura” e aos “espetáculos” à “condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”.²⁰ Mais uma vez, essas questões não são especificadas, gerando um conteúdo bastante impreciso.

¹⁷ Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 6, 1990

¹⁸ Aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em novembro de 1989 e ratificada pelo Brasil, a *Declaração Universal dos Direitos da Infância* possui como base 10 princípios fundamentais. Toda criança tem Direitos: à igualdade, sem distinção de raça, religião ou nacionalidade; à especial proteção para o seu desenvolvimento físico, mental e social; a um nome e a uma nacionalidade; à alimentação, moradia e assistência médica adequadas para a criança e a mãe; à educação e a cuidados especiais para a criança física ou mentalmente deficiente; ao amor e à compreensão por parte dos pais e da sociedade; à educação gratuita e ao lazer infantil; a ser socorrido em primeiro lugar em caso de catástrofes; a ser protegido contra o abandono e a exploração no trabalho; a crescer dentro de um espírito de solidariedade, compreensão, amizade e justiça entre os povos.

¹⁹ Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 17, 1990

²⁰ Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 71, 1990

Do ponto de vista da programação televisiva, os critérios que balizam o que iria contra os interesses das crianças também aparecem de forma vaga no estatuto. Ainda hoje, o sistema se baseia na desatualizada e imprecisa classificação por faixas etárias, considerando, em cada categoria, o que seria próprio ou impróprio para as idades.²¹

A televisão brasileira destaca-se, particularmente, pela grande ênfase dada aos conteúdos que abordam violência, sexo e drogas, seja em sua grade de programação ou na propaganda publicitária. Podem-se citar inúmeros exemplos de programas com forte apelo sexual veiculados principalmente aos domingos à tarde, nos quais as famílias possuem mais tempo livre para assisti-los.

A revista *Veja*, em sua edição de 26/07/95, realizou uma pesquisa de 13 a 19 de julho do mesmo ano, nos horários entre 18h e 22h nos dias úteis, e entre 14h e 22h nos fins-de-semana, contabilizando o número de ocorrências de termos chulos (um a cada 131 minutos), de cenas de nudez (uma a cada 113 minutos) e de cenas que simulavam o ato sexual (uma a cada 145 minutos). (Anexo 3; p 66)²²

Em 1997, ano em que ainda apresentava o programa *Domingo Legal* no SBT, Gugu Liberato iniciou uma bateria de concursos em que crianças de 4 a 6 anos se apresentavam imitando os integrantes do grupo de axé *É O Tchan*, que batia recordes de vendagem de CDs em todo o país. As crianças vestiam trajes idênticos, dançavam a mesma coreografia com teor altamente erótico e dublavam as letras do grupo com conteúdos como “Tá de olho do biquinho do peitinho dela” e “Joga ela para o meio, mete em cima, mete em baixo”.

Enquanto assistiam ao show dos seus filhos, as mães aplaudiam, torciam na platéia e algumas chegavam ao ponto de levantar o shortinho das meninas para que elas aparecessem mais do que as outras. Ao se defender das críticas realizadas ao seu quadro, o apresentador argumentou que as crianças encaram isso como uma brincadeira e dançam essas músicas nas reuniões e festinhas de família. “A audiência do programa, na época, subiu de 13 para 17 pontos.” (VALLADARES;1997,122).

Em 1998, o então secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, iniciou uma série de reuniões com as emissoras para que elas passassem a implantar "manuais de qualidade", que funcionariam como códigos de ética internos. Em julho de 2000, após dois

²² “Erotismo liberado para Menores”, Revista *Veja* 26/07/95

anos de negociações com as TVs, José Gregori, já ministro da Justiça, desistiu do projeto de que as próprias emissoras se autoregulassem, via códigos de ética.

As tensões vividas pela Justiça diante dos abusos praticados pelas emissoras de televisão ganharam um novo contorno em agosto de 2000, motivadas, dentre outros aspectos, por telenovelas como *Uga-Uga* veiculada pela Rede Globo e exibida às 7 horas da noite, que apresentava cenas constantes de sexo, nudez e violência, além de protagonizar situações de desrespeito e reforço de estereótipos em relação aos índios brasileiros.

No dia 8 de setembro de 2000, o ex- ministro da Justiça, José Gregori, assinou a portaria 796, determinando os seguintes horários, válidos até os dias de hoje, para a televisão: após 20h, programas inadequados a menores de 12 anos; após 21h, programas inadequados a menores de 14; após 22h, programas inadequados a menores de 16; e após 23h, programas inadequados a menores de 18. Os programas de indução de sexo, tais como “tele-sexo”, por sua vez, só podem ser veiculados entre 0h e 5h. Além disso, a portaria determinou que o Ministério Público ficaria responsável por fiscalizar a programação das emissoras, fato esse interpretado pelas redes como uma ameaça de retorno à censura.

Em consequência disso, em 2001, quadros como a *Banheira do Gugu*, do extinto *Domingo Legal* do SBT, receberam ordens do Ministério da Justiça para serem veiculados após às 21h. O mesmo aconteceu com *Viva o show*, exibido pela *TV Gazeta*, no qual homens de sunga e mulheres de biquíni disputavam uma prova em cima de uma prancha cheia de gel. Em 2002, a segunda edição do reality show global *Big Brother Brasil* transmitiu cenas de sexo entre dois participantes, o que fez com que o Ministério de Justiça modificasse a classificação do programa de “livre” para “impróprio para menores de 16 anos”.

Cabe ressaltar que essas medidas partem da falsa suposição (implícita na legislação) de que as crianças não estariam acordadas após os horários referidos, o que não é constatado na prática, além de ignorar o fato de que boa parte das crianças de classe média possui tevê no quarto. (Anexo 4; p 75).²³ É importante reforçar também, que um grande número de telenovelas do horário nobre é reprisado no programa *Vale a Pena Ver de Novo* veiculado às 14h30, anulando o efeito dessas restrições de horário.

O crítico social Niel Postman constatou em uma pesquisa realizada nos Estados Unidos em 1979, que 3 milhões de crianças (com idades de dois a onze anos) assistem à televisão todas as noites do ano entre 23h e 23h30; 2 milhões e 100 mil assistem à TV entre

²³ “Quero minha TV”, Revista *Veja* 02/02/00

23h30 e meia-noite; 1 milhão e 100 mil entre meia-noite e 1h; e quase 750 mil entre 1h e 1h30. Apesar de os dados da pesquisa serem relativos à sociedade norte-americana do século XX, eles ilustram uma realidade que dificilmente se diferenciaria muito da atual brasileira.

Em uma pesquisa realizada pelo *Ibope* entre 1º e 30 de julho de 1997, com crianças paulistas entre dois e nove anos, constatou-se que os programas mais assistidos por elas, em todas as emissoras, são: 1º) as telenovelas em geral; 2º) o *Jornal Nacional*; 3º) a *Tela Quente*; 4º) o *Globo Repórter*; 5º) o *Festival dos Trapalhões*; 6º) o *Caça-Talentos*; 7º) o *Xuxa Park* 8º) o *Sai de Baixo*.

Segundo Irene Vittorino Sampaio, essa tendência crescente do consumo de programações não específicas por crianças está relacionada a uma mudança de postura dos pais com relação aos seus filhos e a TV, pois eles tendem a focar sua preocupação em restringir e proibir que as crianças assistam aos filmes em cartaz nos cinemas, sendo muito mais permissivos em relação à programação televisiva em geral.

Além de as novelas e o *Jornal Nacional* possuírem os maiores índices de audiência pelas crianças, a pesquisa do *Ibope* também aponta que muitos adultos costumam assistir a programas como o *Festival dos Trapalhões* e *Caça Talentos*. Essa flexibilização dos limites entre as audiências infantil e adulta demonstra que o comportamento entre crianças e adultos se apresenta cada vez mais indiferenciado na sociedade contemporânea.

Conscientes dessa natureza mais genérica da audiência dos programas infantis, as emissoras tendem a exibir, durante os intervalos dessa programação, trailers de autopromoção para garantir o *ibope* de outros programas da sua grade voltados para o público adulto, além de propagandas publicitárias com foco nesse público. A maior parte dessas chamadas contém cenas e discursos eróticos, violentos ou sensacionalistas.

A Organização das Nações Unidas realizou um estudo em 1998 e constatou que a televisão brasileira exibe 20 crimes por hora nos intervalos dos desenhos animados. Em uma semana, foram 1432 crimes mostrados pelos seis canais abertos de televisão, dos quais a Globo apresentou 18%; o SBT, 53%; a Bandeirantes, 2%; a Record, 11%; a Manchete, 11%; e a Cultura, 5%.

Esse estudo da ONU se estendeu às pesquisas de recepção e estímulo, utilizando uma amostra de meninos e meninas de 12 anos de idade. A análise dos conteúdos articulada com os estudos de recepção levou à conclusão de que, dependendo da personalidade das crianças e de suas experiências cotidianas, a violência na mídia pode "compensar" as frustrações e as carências em áreas problemáticas. Para os meninos, ela cria um quadro de referência em

relação a "modelos atraentes de papéis". O apelo e a presença constante de conteúdos violentos nos meios de comunicação de massa contribuem para o desenvolvimento de uma cultura agressiva global, de forma que o caráter de banalização e de "recompensa" por meio da violência são muito mais incentivados do que as formas não-agressivas de lidar com o mundo. (Anexo 5; p 77)²⁴

Segundo dados do Ibope *Telereport*, coletados em junho de 2003, a novela *Mulheres Apaixonadas* da *Rede Globo* foi bastante assistida pelas crianças com idade entre 4 e 11 anos. A trama apresentava, de forma corriqueira, cenas de tiroteios, morte de personagens, perseguições, além de violência doméstica, com agressões físicas entre casais e familiares. Outro exemplo de inadequação da grade de programação encontra-se nos filmes transmitidos pela *Sessão da Tarde*, pela mesma emissora. Na maior parte das vezes, as películas pertencem ao gênero de ação com cenas fortes de violência, roubos, "pegas" de carro, agressões etc. Como já foi visto anteriormente, apesar de ser veiculado às 20 horas, o *Jornal Nacional* possui altos índices de audiência pelas crianças. No entanto, matérias violentas e cenas fortes fazem parte do seu conteúdo diário.

O debate em torno da programação infantil só se tornou um problema em países como o Brasil quando a infância passou a integrar o mercado de bens culturais, seja na qualidade de consumidor efetivo ou potencial. A partir daí, os estudiosos começaram a discutir o que realmente poderia ser considerada uma programação voltada para as crianças: são as atrações específicas, destinadas ao público infantil ou é tudo aquilo a que a criança assiste, quaisquer que sejam o horário e a faixa etária?

O problema não diz respeito somente aos programas estritamente infantis, mas a qualquer tipo de informação a que a criança possa ter acesso na sua interação cotidiana com os meios de comunicação e que possa influenciá-la de forma negativa na formação da sua personalidade.

Atualmente, a única forma de regulamentação dos conteúdos veiculados na televisão encontra-se sob a responsabilidade do Departamento Classificatório – órgão ligado à Secretaria Nacional do Ministério da Justiça. No entanto, a sua função é indicativa, ele apenas classifica os programas de acordo com a faixa etária, não possuindo o poder de censura – tarefa que, conforme tal linha de raciocínio, caberia aos pais e aos responsáveis pela criança. Logo, o governo ainda não possui mecanismos para impor normas às emissoras,

²⁴ "Sexo, socos e babás", Revista *Veja* 04/07/90

ele somente sugere uma classificação que pode ser seguida ou não pelos pais ou pelas crianças.

Além disso, a orientação classificatória fornecida aos programas não se apresenta justificada com avisos específicos em relação ao conteúdo, passando uma impressão de arbitrariedade e reduzindo o seu poder de persuasão.

Dessa forma, o debate popular em torno da produção audiovisual ainda se manifesta de forma muito incipiente, já que o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente não sabe definir o que corresponderia exatamente à obrigatoriedade de cumprimento das “finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas” por parte dos programas.

É importante ressaltar que, no Brasil, as possibilidades de legislação sobre os conteúdos nos meios de comunicação sempre atenderam aos sistemas econômicos hegemônicos e aos fatores políticos específicos, em aliança com os interesses dos grandes empresários, das agências de publicidade, das emissoras e dos monopólicos produtores de conteúdo. Assim, as leis dos projetos de regulamentação parecem indicar que a programação infantil e os demais programas televisivos são questões de mercado e, no máximo, os empresários das indústrias audiovisuais devem ser incentivados a classificar seus programas e exibi-los em horários determinados.

Ao analisar a legislação brasileira, constata-se a necessidade imediata de uma maior definição a respeito dos conteúdos violentos, discriminatórios ou sexuais na televisão. Para isso, é preciso que o debate em torno dessas questões envolva diversos setores da sociedade civil, garantindo o respeito às necessidades e às peculiaridades do desenvolvimento infantil.

Quanto ao controle social e jurídico dessa programação, uma das questões mais relevantes que permanecem é o entendimento de até que ponto a liberdade de expressão deve ser tida como absoluta ou se, em alguns casos, deve ser relativizada para determinado fim. Na realidade, verifica-se, no Brasil, a repetição de um paradoxo intermitente em relação à elaboração de legislações: um princípio, logo após ser afirmado como universal, é restringido de acordo com situações específicas.

Logo, a regulamentação do conteúdo infantil deve ser encarada de maneira distinta dependendo do tipo de mídia em questão.

Esse controle até poderia ser considerado como censura no cinema e no teatro, os quais implicam na participação ativa do espectador, que se dirige ao estabelecimento para assistir à peça ou ao filme. O mesmo, no entanto, não vale para a televisão

aberta, a qual oferece acesso irrestrito a qualquer pessoa, sem levar em conta a faixa etária e o horário de exibição. (CAPPARELLI; 2003)²⁵

Já que o Departamento Classificatório do Ministério da Justiça adota a postura de não apontar claramente os programas considerados de indução à violência ou ao desvirtuamento de valores ético-morais, a participação ativa do cidadão se torna um elemento de fundamental importância como forma de superar a vagueza nos critérios de classificação.

Desse modo, a decisão sobre o que é ou não ofensivo à moral e aos bons costumes caberá principalmente à população, pelo menos enquanto as emissoras não se autoregulamentarem e o governo não constituir um aparato operacional amadurecido e um arcabouço jurídico atualizado, capaz de tornar mais precisa e menos arbitrária a classificação dos programas. (CAPPARELLI; 2003)²⁶

Cabe ressaltar, que até a implementação da portaria 796 de mudanças na classificação dos horários da programação televisiva já representa uma contradição quanto às reais intenções de democratização, uma vez que a sua publicação não foi resultado de um consenso entre o governo, as emissoras e a sociedade civil, mas de uma imposição do Ministério da Justiça.

Além disso, essa filosofia de readequação dos horários não é suficiente para afastar o público infanto-juvenil das cenas mais fortes, já que, como já foi visto anteriormente, grande parte das crianças de classe média possui tevê no quarto. Caso não haja um acompanhamento efetivo dos pais e responsáveis, o menor de idade poderá continuar a assistir o que bem entender no horário que preferir.

Para que medidas eficazes, com vistas a preservar a criança dos conteúdos inapropriados na televisão, se efetivem na sociedade, é preciso o estabelecimento de ações praticadas de maneira conjunta, tanto pelo governo, na elaboração de campanhas esclarecedoras e na fiscalização de leis bem elaboradas, quanto pela própria população, ao se tornar ativa no processo de monitoramento e denúncia em torno do que é veiculado pelos meios massivos.

²⁵, disponível em <http://www.capparelli.com.br/6.php>, acesso em: 01/08/2011

²⁶, disponível em <http://www.capparelli.com.br/6.php>, acesso em: 01/08/2011

3.4 O consumo infantil na televisão brasileira

Para Néstor García Canclini, muito mais do que um simples exercício de gostos, caprichos e compras irrefletidas, o consumo é um conjunto de processos socioculturais em que se realizam a apropriação e os usos dos produtos. A aquisição desses bens materiais estaria intrinsecamente vinculada à apreensão de aspectos simbólicos e estéticos da racionalidade consumidora.

Dessa forma, o ato de consumir como uma mediação sociocultural faria parte de um cenário de disputas por aquilo que a sociedade produz e pelos modos de usá-lo. Os consumidores se valeriam dos produtos e serviços como instrumentos de difinição e identificação a um determinado grupo social, que possui estilos de vida correspondentes às marcas adquiridas.

Baseado em uma lógica mais ampla do que a tese reducionista que classifica a aquisição de bens materiais ou simbólicos apenas como um ato superficial, alienador e totalmente manipulado pela economia capitalista, o autor afirma que os consumidores estariam tecendo as malhas do tecido social a que pertencem ou querem fazer parte, contribuindo para a formação da sua identidade.

Dessa forma, o consumo poderia ser visto como uma das principais formas de cidadania, uma vez que além de construir pactos de leitura individuais e coletivos, a apropriação de produtos e serviços é uma forma fundamental de participação da sociedade civil nas decisões de ordem material, simbólica, jurídica e política.

Para as crianças e adolescentes, os brinquedos, as roupas, as marcas e o vocabulário utilizados estabelecem marcas de pertencimento em grupos específicos. Como forma de buscar a sua própria identidade, eles seguem condutas de comportamentos muito semelhantes que visam à aceitação e à aprovação tanto da sociedade de uma forma geral, quanto de segmentos particulares.

Conscientes dessa necessidade de inclusão em determinados grupos, do caráter frágil e vulnerável das crianças e do potencial de consumo desse segmento, as empresas investem anualmente no Brasil 209,7 milhões de reais em categorias de produtos para crianças e adolescentes, segundo pesquisa realizada em 2005 pelo IBOPE Monitor. Para além da comercialização de produtos típicos do universo infantil, a indústria de beleza e estética nos ramos de maquiagens, cremes, vestuário, dentre outros, antes voltados somente para adultos,

passaram a expandir seus tentáculos para as crianças, desenvolvendo nas mesmas, preocupações e conflitos próprios da vida adulta. (Anexo 6; p 85)²⁷

Cabe ressaltar que uma das principais ferramentas de persuasão para o consumo são as propagandas publicitárias, que encontram cada vez mais espaço de atuação nos mais variados meios de comunicação. Na televisão, a publicidade iniciou sua história na década de 50, com a inauguração da *TV TUPI*. Nessa época, ela garantia o seu espaço nessa mídia recém-inaugurada, através de uma relação de troca: ao patrocinarem desde eventos de inauguração até a infra-estrutura dos equipamentos das emissoras, as marcas garantiam seu destaque nos chamados “interprogramas”, os comerciais da época.

Nos anos 60, surgiram as garotas-propaganda, que anunciavam produtos em comerciais ao vivo, se valendo de bordões típicos como “Não é mesmo uma tentação?”, utilizado pela apresentadora do quadro “Tentações do Dia”, no anúncio da Marcel Modas.

A partir dos anos 70, os programas se separaram dos patrocinadores e as emissoras assumiram o controle da programação por inteiro. Desde então, os comerciais foram exibidos em formatos mais próximos do atual e passaram a contar com intervalos de tempo específicos para eles. A década seguinte foi marcada pelo surgimento dos programas de auditório comandados por apresentadores infantis e direcionados para as crianças como espectadoras/consumidoras, que participavam de danças, coreografias e brincadeiras.

Em 1986, estrearam programas como *Xou da Xuxa (Globo)*, *TV Fofão (Bandeirantes)*, *Dr. Cacareco e Cia. (Record)* e *Lupu Limpim Clapá Topô (Manchete)*. No bojo dessas produções televisivas, surgiram os produtos licenciados, representando os apresentadores, que fazem parte do mercado infantil até hoje e variam desde bonecas a peças de vestuário, fortalecendo o status das crianças-consumidoras. O então diretor do programa *TV Criança*, da *Rede Bandeirantes*, Aristides Molina, declarou em uma entrevista que “Doa a quem doer, um programa para crianças, bem feito e colocado em determinados horários, é uma vitrine de produtos infantis, proporcionando inesgotável fonte de renda”. (MOLINA apud SAMPAIO; 2000, 148)

Os dados numéricos comprovam essa declaração, ao revelarem o imenso potencial de consumo das crianças. Segundo Irene Vittorino Sampaio, o segmento infanto-juvenil (0-17 anos) compõe 41% da população brasileira, o que corresponde a 59 milhões de pessoas, ou à

²⁷ “Princesas Precoces”, Revista *Veja* 01/11/00

população de países como a França ou a Itália. Isoladamente, o segmento infantil (0-14) chega a 35%, sendo responsável por 30% da demanda de biscoitos, 40% da demanda de refrigerantes, 80% do consumo de achocolatados e 100% do consumo de brinquedos no Brasil. Somente em 1995, a indústria de brinquedos movimentou um montante de US\$ 900 milhões.

O planejamento desses programas de auditório na grade de programação, assim com a sua estrutura e a escolha dos recursos apelativos são definidos pela quota de audiência, um indicativo do prestígio e poder do apresentador. Dessa forma, a maior preocupação tanto das emissoras quanto dos diretores desse entretenimento televisivo é com os índices de Ibope, sendo fundamental que o programa divirta a criança e prenda a sua atenção, negligenciando qualquer vínculo com o compromisso educativo.

Em torno dessas produções mais populares (como Xuxa e Angélica), movimenta-se um mercado milionário. A pesquisa da autora Irene Vittorino Sampaio constatou que a associação com a imagem da apresentadora Xuxa impulsionou, por exemplo, a venda de 10 milhões de bonecas (desde 1987), 15 milhões de pares de sandália (de 1992 a 2002), e ainda a venda mensal de 4 mil bichinhos de pelúcia e 5 mil lancheiras, sem falar no enorme sucesso de suas produções culturais fora da televisão, como discos e filmes.

Quanto à Angélica, no início de 1997, havia 350 produtos licenciados no seu nome, garantindo a venda de 500 mil sandálias e a venda mensal de 1,2 milhões de caixas de cereais matinais. “As emissoras investem na imagem de seus apresentadores que, por sua vez, emprestam seu status de estrelas a produtos e marcas. O sucesso de vendas implica novas verbas para o financiamento desses mesmos programas e a valorização dos mesmos apresentadores.” (SAMPAIO; 2000, 149)

Além disso, a popularidade de personagens como Xuxa e companhia estabelece padrões de estilo e comportamento que passam a ser copiados e desejados pelos pequenos telespectadores e, em especial, pelas meninas, refletindo no culto a um determinado modelo de beleza. As apresentadoras misturam aspectos da inocência infantil como penteados de maria-chiquinha com tops e shorts curtíssimos e sensuais. O sucesso da grife infantil *O Bicho Comeu*, lançada por Xuxa Meneguel, com roupas e acessórios idênticos ao figurino utilizado pela artista é um dos maiores exemplos desse processo.

O corpo infantil eleito para habitar as telas de televisão é cada vez mais um corpo que se faz precocemente erotizado, segundo uma gestualidade que capta um desejo adulto, o desejo

sobretudo da mulher adulta, que aos poucos se desamarra de uma história de recato e submissão.(FISCHER; 1998,113)

Outro aspecto relacionado ao consumo e à infância revela-se na tendência crescente de utilização da figura infantil nas propagandas televisivas. As crianças têm se demonstrado mais sensíveis em relação aos apelos de outras da mesma idade, provocando grande empatia pelo produto anunciado junto ao público infantil. Além disso, os adultos também se sensibilizam pelo “apelo mágico” infantil, traduzido pela inocência e pela representação do lúdico, fazendo com que a imagem da criança se torne comum mesmo em anúncios de banco, companhias de seguro etc.

Existem três apelos muito grandes que, por darem certo, acabam constantemente nas mensagens: animal, criança e sexo. E criança, especialmente, carrega, além do apelo emocional, o peso de um senso comum, a respeito de que criança é verdadeira, inocente, o que acrescenta à mensagem uma grande dose de credibilidade (GIACOMINI apud PEREIRA; 2002,93).

Os tipos de representação da infância nos comerciais variam em um espectro que engloba desde a concepção da criança como símbolo de pureza, inocência e ingenuidade, até a imagem do pequeno esperto, perspicaz e precoce. Esse último posicionamento, que faz com que a criança assuma comportamentos, pretensões e atitudes próprias do universo adulto, é uma das imagens mais disseminadas na publicidade televisiva brasileira.

Esse gênero mais específico de criança precoce é formado por características bastante ambíguas, pois revela, simultaneamente, uma dimensão cômica e ingênua da criança que procura se mostrar mais adulta, ao mesmo tempo em que, faz com que ela assuma, de fato, atitudes que fogem ao universo infantil.

Cabe ressaltar que uma das principais facetas dessa representação pode ser constatada em temas relacionados à descoberta do primeiro amor, com cenas de paquera e namoro, nas quais, as crianças suspiram pela pessoa amada como no comercial do protetor solar *Sundown*, e/ou vivem cenas românticas de ‘amor à primeira vista’, como na propaganda do *Leite Bônus*.

Nesses casos, a criança apaixonada vive situações de romance muito semelhantes às vivenciadas pelos adultos. A valorização da beleza e do charme das meninas e os enquadramentos de closes em poses sensuais obedecem a perspectivas similares às recorrentes nas representações da mulher adulta.

O modo de pentear os cabelos e a ação de correr na praia, entrar no mar e dar rodopios da garota do *Sundown* segue padrões clássicos da representação da mulher bonita como nos

quadros de ‘a garota do Fantástico’. No comercial do Leite Bônus, a menina também é apresentada em close, cabelos ao vento, rosto iluminado, como em cenas clássicas de filmes e comerciais de xampu. (SAMPAIO; 2000,222)

Já os meninos suspiram por suas amadas, freqüentemente mais velhas, alimentando paixões platônicas e traduzindo, através de olhares, expressões e gestos, seu encantamento e a descoberta do desejo sexual, diante da aceitação e/ou menosprezo da mulher desejada. Um dos exemplos, que torna mais claros esses elementos, é o comercial da marca de chocolates *Garoto*, veiculado em 1995.

Com duração de 2 minutos e meio, a propaganda exibiu situações em que meninos com média de idade entre 8 e 12 anos se encantavam tanto por meninas da sua idade, quanto por mulheres muito mais velhas, na faixa de 25 a 30 anos. As cenas mostram os garotos admirando o decote das professoras, espiando mulheres tomarem banho totalmente nuas, além de atitudes, gestos e expressões de “cantadas” às jovens na rua, típicas de homens adultos. O comercial apela, inclusive, para situações que fazem alusão às práticas de masturbação, com um menino, na faixa de 9 anos, observando um pôster com uma mulher nua dentro de um banheiro.

Esse modelo de construção, típico da publicidade contemporânea, revela uma ambigüidade que reside no fato de que, para os adultos, a criança precoce é retratada de modo bastante ingênuo, encantando-os, tanto por elas apresentarem aspectos de *paparicação*, quanto por demonstrarem atitudes e pretensões muito próximas do universo adulto. Essa dimensão, por outro lado, faz com que a própria criança, enquanto espectadora, seja capaz de levar a sério e busque identificar-se com essas representações sobre ela mesma.

Dessa forma, a publicidade utiliza elementos de apelo emocional para vender sensações através da marca, situando-a em um campo simbólico de realização dos desejos humanos. Esse processo objetiva a formação de uma sociedade cada vez mais consumista, e, em se tratando de crianças, pode contribuir para a construção de uma nova perspectiva de infância.

O acesso das crianças contemporâneas à cultura infantil comercial e à cultura popular não apenas as motivou a se tornarem consumidoras hedonistas, mas também minou-lhes a inocência, o status resguardado das atribuições da existência adulta que as crianças vinham experimentando desde o advento da era da infância protegida da década de 1850 (STEINBERG & KINCHELOE; 2004, 33).

A atual lógica de consumo que privilegia o novo, presente nos produtos lançados no mercado com obsolescência programada, dissemina-se na teia de relações sociais, fazendo com que as crianças se relacionem com o consumir de maneira diferente do que em outros períodos históricos. O excesso de estímulos publicitários e a disseminação de valores dúbios e deturpados, cada vez mais presentes no universo simbólico da criança, influenciam o seu desenvolvimento infantil, encurtando o período da infância na sociedade contemporânea.

4. Conclusão

Segundo o autor Niel Postman, as representações das crianças na televisão se assemelham cada vez mais com a maneira pela qual elas eram vistas durante a Idade Média, ou seja, como “adultos em miniatura”. Ele cita, como um dos principais exemplos para a sua tese, o comercial da marca de jeans *Jordache*, veiculado em vários países durante a década de 80.

“(...) garotas e garotos de escola, a maioria pré-adolescentes, são mostrados como se estivessem sendo imbecilizados por suas indisciplinadas libidos, que o uso do jeans do designer deixa ainda mais inflamadas. O comercial termina mostrando que o professor usa o mesmo jeans. Que pode significar isso senão que não é preciso fazer distinção entre crianças e adultos em sua sexualidade ou nos meios pelos quais ela é estimulada?” (POSTMAN; 1999, 138)

No caso específico da televisão brasileira, pode-se mencionar a propaganda publicitária do produto *Seiva de Alfazema*, veiculada na mesma década, que mostra uma mãe e sua filha com cerca 5 anos de idade, imitando todos os movimentos da sua genitora ao passar o óleo dessa marca pelo corpo, com ambas nuas na cena.

O pensamento de Postman e os dois exemplos em questão servem para demonstrar que apesar de a história da infância haver sido construída, no primeiro capítulo deste trabalho, por meio de uma divisão temporal e temática, é possível perceber que os conceitos e as características predominantes em cada período se misturam nas diferentes épocas. Dessa forma, é fundamental que se compreenda a história não como uma sequência linear de fatos isolados e conjunturas que deixam de existir ao longo do tempo, mas sim, como um enredo de acontecimentos que dependem do passado e possuem enorme influência sobre o nosso futuro.

Logo, apesar de a Idade Média apresentar uma visão que se contrapõe ao conceito atual de infância em muitos aspectos, ainda assim, é possível encontrar determinadas formas de lidar com o universo infantil desse período, que continuam presentes na sociedade contemporânea.

A narrativa dos telejornais, que evidencia as associações modernas de fragilidade e desproteção vinculadas às crianças, apresenta uma aparente contradição em relação às

representações encontradas em outros programas televisivos e nas propagandas publicitárias, que exploram temáticas distantes dessa área de pureza. Na verdade, essa necessidade de proteção infantil enfatizada pelos telejornais é perfeitamente compatível com a valorização da criança como membro influente na família, que possui voz ativa nas atividades de consumo. Trata-se de um ser que merece toda a atenção familiar e cujas vontades devem ser obedecidas, destinando ao seu bem-estar boa parte dos recursos financeiros, de forma a também investir no seu futuro.

Se olharmos por uma perspectiva antropológica, perceberemos que a relação entre criança e consumo no Brasil é resultante de uma transformação na sociabilidade contemporânea. (...)Os trabalhos da psicologia e da pedagogia acabaram preparando os pequenos seres humanos para o mundo adulto, permitindo que as crianças exercitassem a livre-escolha. Com a diminuição do número de filhos e a impossibilidade dos pais darem mais atenção aos mesmos, a criança começa a se transformar em um pequeno ditador doméstico que define o que quer e como parte do orçamento familiar será alocado para a satisfação de seus desejos. (MIGUELES; 2008)²⁸

Dessa forma, a televisão enxerga as crianças como consumidores em potencial e utiliza discursos apelativos como formas de representação do universo infantil, que carregam valores e sentidos determinantes para a formação de nichos de consumo muito específicos.

Visando atrair não só aos pequenos, como também aos seus pais, esses recursos acabam presentes tanto nas programações voltadas para as crianças quanto para os adultos, uma vez que, como já foi visto anteriormente, o limite entre essas audiências se apresenta cada vez mais tênue, o que garante mais um argumento para a tese de Niel Postman de que se incita a mistura de comportamentos entre as diferentes faixas etárias na sociedade contemporânea.

Logo, o respeito aos direitos das crianças e dos adolescentes, nos programas televisivos e intervalos comerciais, torna-se uma preocupação secundária, já que as emissoras buscam atender à ininterrupta lógica mercadológica como objetivo principal de ação, desconsiderando o compromisso com as finalidades educativas e culturais da sua programação.

Este estudo se propôs justamente a reconhecer a existência desses problemas e a questionar a construção de determinados valores e estereótipos do universo infantil que, na

²⁸, disponível em: <http://www.alana.org.br/CriancaConsumo/NoticialIntegra.aspx?id=4947&origem=23>, acesso em: 12/11/11

maior parte das vezes, passam despercebidos por grande parte da população brasileira, tornando naturais aspectos que, na realidade, são meramente culturais.

A propósito, este trabalho elegeu a televisão como objeto de estudo, por concordar com pesquisadores como Maria Luiza Belloni, que considera esse meio como o mais importante entre os veículos de comunicação de massa, pois, além de se mostrar onipresente na vida cotidiana de milhões de brasileiros, a suposta objetividade de suas imagens confere enorme credibilidade às suas mensagens, legitimando sua ação no processo de interação com o mundo.

Para crianças e adolescentes, o papel da televisão é mais acentuado, já que ela vem substituindo a família e a escola nas tarefas de socialização, ao fornecer modelos de significações (mitos, símbolos, representações), que preenchem o universo simbólico infantil com imagens irrealis, impactando a dimensão simbólica do seu conhecimento.

Deve-se ressaltar que é possível ainda verificar como esses processos acontecem, de maneira mais específica, em outros veículos, como o rádio, o jornal, as novas mídias, as revistas e as plataformas de propaganda publicitária como outdoors, panfletos etc . Pesquisas que analisem a representação do universo infantil, apresentando seus principais casos, interrelacionados-os com a construção de valores na sociedade contemporânea e sugerindo linhas de ações, podem contribuir sobremaneira para complementar aspectos presentes na televisão, além de enriquecer os estudos no campo da Comunicação.

Fica, portanto, o espaço para outras pesquisas que possam refletir sobre temáticas que envolvam crianças e adolescentes, não apenas na televisão, como nos demais meios, para o aproveitamento do pensamento crítico em benefício do bem-estar social.

Ao eleger a televisão como foco de estudo, procurando repensar o formato e o conteúdo da programação infantil, este trabalho não pretendeu julgá-la como vilã da sociedade, que põe fim à inocência de crianças e adolescentes, transformando-os em consumidores neuróticos e compulsivos.

Considerando que a televisão não é a única responsável pela desvirtuação de determinados valores no universo infantil, buscou-se repensar o teor daquilo que é veiculado, através de práticas de ação conjunta, envolvendo as emissoras, os grandes empresários das agências de publicidade, os órgãos regulamentadores do Estado e diversos setores da sociedade, que manifestem uma representação plural.

Ao acreditar que é possível modificar aspectos da televisão que influenciam as crianças de forma negativa, estabeleceu-se como premissa inicial que elas passem a ser vistas

como sujeitos integrantes da sociedade, que merecem possuir voz ativa e não podem ter os seus direitos violados em hipótese alguma. A forma como uma sociedade representa as suas crianças reflete a maneira pela qual a mesma lida com o mundo e, ainda, o que ela espera do seu próprio futuro. É tempo de refletir sobre o que se deseja para ele.

5. Bibliografia

- ÀRIES, Philippe. *Historia social da criança e da família*. LTC, Segunda Edição, 1981.
- _____. “From immodesty to innocence”. In: JENKINS, Henry (editor). *The children's culture reader*. New York, New York University Press, 1998. p 41-57.
- ABREU, M.; MARTINEZ, A. “Olhares sobre a criança no Brasil: perspectivas históricas”. In: RIZZINI, I. (org.). *Olhares sobre a criança no Brasil – séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Amais, 1997. p. 19-37.
- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- BECKER, Beatriz. *A linguagem do telejornal: um estudo da cobertura dos 500 anos do descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: E- papers, 2005.
- BELLONI, Maria Luíza. Educação para a mídia: missão urgente da escola. *Comunicação e sociedade*. São Bernardo do Campo, São Paulo, n º 17, 1991.
- BUCKINGHAM, David. “After the death of childhood”. In: *Growing up in the age of electronic media*. Cambridge, Polity Press, 2000.
- CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos: Conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1996.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. “A construção de um discurso sobre a infância na televisão brasileira”. In: PACHECO, Elza Dias. (org.). *Televisão, criança, imaginário e educação*. Campinas, SP: Papirus, 1998. p. 107-118.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 18ª edição, 1979.
- HAMANN, Fernanda Passarelli. *Erotização da infância e meios de comunicação*. Monografia (Graduação em Comunicação). Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2002.
- JENKINS, Robert Henry. “Childhood Innocence and other modern myths”. In: JENKINS, Robert Henry (org.). *The Children's culture*. Nova Iorque, New York University Press, 1998, p. 1-37.

MINOW, Martha. “Rights for the next generation: a feminist approach to children's rights”. In: LAAD, Rosalind Ekman (org). *Children's rights re-visioned*. Philosophical readings. Belmont, Wadsworth Publishing Company, 1996.

OLIVEIRA, Magda. *Lembranças de infância: que história é esta?* Tese (Dissertação de Mestrado). Piracicaba: UNIMEP, 1999.

PEREIRA, Susana. “A televisão e o conceito de infância”. In: Actas do Congresso Internacional sobre os Mundos Sociais e Culturais da Infância, v. III., Braga, Portugal, 2000.

POSTMAN, Niel. *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

RIZZINI, Irene. “Principais temas abordados pela literatura especializada sobre infância e adolescência – séculos XIX e XX”. In: RIZZINI, Irene. (org.) *Olhares sobre a criança no Brasil – séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Amais, 1997. p. 40-77.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SAMPAIO, Irene Vittorino. *Televisão, publicidade e infância*. São Paulo: Annablume, 2000.

STEINBERG, S.; KINCHELOE, J. “Sem segredos: cultura infantil, saturação de informação e infância pós-moderna”. In: STEINBERG, S.; KINCHELOE, J.(org.) *Cultura infantil – A construção corporativa da infância*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 11-52.

VALLADARES, Ricardo. “O tchan infantil”. *Veja*, 13 ago. 1997. p. 122-123.

Websites:

DIREITOS DAS CRIANÇAS: <http://www.capparelli.com.br/brasil.php>

DISCIPLINAS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO:
<http://disciplinasdehistoria.blogspot.com>

INSTITUTO ALANA: <http://www.alana.org.br>

6. Anexos

ANEXO 1 (Revista Veja) -----	p 58
ANEXO 2 (Revista Veja) -----	p 60
ANEXO 3 (Revista Veja) -----	p 66
ANEXO 4 (Revista Veja) -----	p 75
ANEXO 5 (Revista Veja) -----	p 77
ANEXO 6 (Revista Veja) -----	p 85

ANEXO 1: Revista Veja, 02/06/2011

Adolescente acusado de agredir menino em colégio prestará depoimento em delegacia do Rio na sexta-feira

Para delegada, agressão e bullying devem ser tratados como crime, não como questões disciplinares restritas à escola

“A escola tem o dever de educar, mas lesão corporal, injúria e bullying não são questões de educação, mas de crime. São atos infracionais. E foi tão sério que os pais acharam melhor vir à delegacia”, disse a delegada Valéria de Aragão.

O jovem de 14 anos acusado de agredir um menino de seis, no tradicional Colégio São Bento, no Rio de Janeiro, é aguardado para prestar depoimento nesta sexta-feira. Os pais do adolescente pediram para que o horário não seja divulgado, o que será respeitado pela Polícia Civil do Rio de Janeiro.

Ele foi intimado nesta quinta-feira e deverá ir amanhã à delegacia acompanhado dos pais. Se o agressor vier a ser considerado culpado pela Vara da Infância e Juventude, será submetido a medidas socioeducativas, que variam de uma advertência verbal do juiz até a internação no Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase). “A escola tem o dever de educar, mas lesão corporal, injúria e bullying não são questões de educação, mas de crime. São atos infracionais.

E foi tão sério que os pais acharam melhor vir à delegacia”, explicou a delegada Valéria de Aragão, da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA). A delegada tem até 30 dias para terminar a apuração e enviar para o juizado da infância e da juventude. Ela acredita que não precisará de tanto tempo. As investigações da polícia devem terminar no final da próxima semana.

Na quarta-feira, foram ouvidos os pais do menino agredido, em depoimento à DPCA. Durante cinco horas, os dois depuseram e manifestaram a insatisfação com a atitude do São Bento diante da agressão. Nas declarações, o casal disse ter sentido como se o filho fosse apenas um número na escola. Eles reclamaram de não terem se sentido acolhidos e se disseram decepcionados com a falta de cuidado recebido.

O menino de seis anos não prestou depoimento a pedido dos pais. Eles relataram que o filho perdeu as suas referências porque estudava em turno integral e agora está em casa. Se, ao final da apuração policial, for precisar chamá-lo, isso será feito, informou a polícia. Por ter

apenas seis anos, é necessário que o depoimento seja acompanhado por um conselheiro tutelar.

Na sexta-feira também será colhido o depoimento da coordenadora pedagógica da instituição de ensino. Ela foi encarregada pela escola de apurar o ocorrido para definir uma punição disciplinar. A coordenadora ouviu os envolvidos na presença dos pais e levará para a DPCA o relatório com as declarações. “Vou confiar no que ela recolheu. A coordenadora falou com o menino de seis anos no dia em que ele foi agredido, na quinta-feira, quando estava choroso”, afirmou Valéria.

A mesma funcionária ouviu o agressor, três adolescentes que assistiram à violência e dois meninos mais novos, amigos do de seis anos. As informações são de que os jovens que presenciaram a cena seguraram pelo menos um dos menores para que ele não fosse buscar ajuda. Foi a própria vítima, já machucada, que pediu socorro antes de ser levada à enfermaria da escola.

Os outros três rapazes prestarão depoimento na próxima semana, assim como a médica que atendeu o menino de seis anos em uma clínica na zona sul. A delegada espera ainda o laudo do paciente nessa instituição de saúde e o resultado do exame do Instituto Médico Legal. Segundo a mãe, o filho ficou com lesão em três regiões da cabeça.

Em nota, o São Bento, onde só estudam meninos, classificou a agressão como uma brincadeira. “A ocorrência disciplinar que tem gerado tanto clamor na mídia, nos últimos dias, foi avaliada pelos nossos profissionais que, desde então, têm buscado, incansavelmente, esclarecer os fatos, como uma brincadeira inconsequente, sem intenção de agredir ou machucar, mas que, no entanto, acabou mal, logo, considerada uma falta grave”, diz o documento.

A instituição suspendeu o aluno, mas não pretende expulsá-lo. “Nós educadores não podemos desistir de um adolescente de 14 anos ou qualquer outra idade, se não forem esgotados todos os recursos que uma escola dispõe para corrigir algum comportamento ou se redimir alguma falha, sempre trabalhando em consonância com as famílias.”

Crime contra o futuro

Longe do horror da Febem há exemplos de como salvar nossas crianças do abandono

O Brasil é um país atormentado por muitos problemas, mas três são especialmente agudos. O primeiro é o da comida. Trata-se de alimentar de modo adequado toda a população. O segundo é o da educação. Do ensino universal depende o ingresso ou não do país no clube das nações desenvolvidas e justas. O terceiro é o problema da infância. O desafio consiste em oferecer futuro digno aos 20 milhões de crianças e adolescentes que estão crescendo na pobreza e no abandono.

O tamanho dessa encrenca ganhou nova evidência com a seqüência de rebeliões em unidades da Febem, em três Estados, nas últimas semanas. Duas delas foram mais graves. Em São Paulo, onde já se perdeu a conta do número de rebeliões neste ano, ocorreram, na verdade, motins quase diários. No final de semana passado, mais de 600 internos escaparam do Complexo Imigrantes, e a tropa de choque da Polícia Militar dispersou com tiros de balas de borracha pais e mães desesperados com o destino dos filhos. Em Porto Alegre, no início do mês, um funcionário que tentava acalmar os ânimos dos amotinados foi morto com um tiro no pescoço. Na semana passada também, explodiu uma rebelião na unidade da Febem em Belo Horizonte. Se o Estado, por intermédio desses órgãos que mais se assemelham a penitenciárias para adultos, não dá conta do menor entregue à sua guarda, imagine-se o que podem esperar crianças e adolescentes que estão nas ruas, por sua conta e risco.



Do lado de fora dos muros da Febem, a realidade da infância no Brasil é igualmente revoltante. Segundo dados do IBGE, 40% das crianças brasileiras entre zero e 14 anos vivem em condições miseráveis, ou seja, a renda mensal familiar não passa de metade do salário mínimo. Quase todas as crianças brasileiras têm hoje acesso ao ensino elementar, mas pouco mais da metade chegará à 8ª série. Uma em cada seis ingressa no mercado de trabalho antes de completar 15 anos. Dos 15 aos 17, quando deveria estar na escola, metade está no batente. Milhões de jovens crescem sem outra

perspectiva exceto a de legar suas dificuldades aos filhos. O desafio é tão dramático que muita gente acaba dando de ombros, convencida de que se chegou a uma situação da qual não há retorno. É um erro. Neste momento, milhares de fundações e organizações não governamentais, ONGs, estão demonstrando como boas idéias, um pouco de dinheiro e muita disposição podem mudar essa realidade para melhor. Se elas conseguem realizar transformações positivas em universos limitados, o bom senso indica que basta copiar o exemplo na escala apropriada. Estima-se que só as fundações (que se diferenciam das ONGs por ser criadas por empresas) estejam investindo 500 milhões de reais por ano numa infinidade de programas de cunho educacional, cultural, esportivo, de saúde, lazer e até mesmo de estímulo a iniciativas governamentais bem-sucedidas. Estão mostrando como é possível, se não resolver o problema de milhões, pelo menos prevenir o de centenas de milhares e recuperar outros tantos.

Isso é mais fácil de entender com um exemplo concreto. Alessandro da Silva, 17 anos, do Morro da Mangueira, no Rio, é um garoto que conhece a violência de perto. Perdeu o pai quando ainda estava na barriga da mãe. "Ele foi assaltar um sujeito pela segunda vez e acabou baleado", diz. Depois foi o irmão. "Estava metido com tráfico, foi morto aqui no morro mesmo." Aos 15 anos, Alessandro já tinha sido preso duas vezes por roubo a mão armada.

Levado para um abrigo de menores, descobriu a salvação bem perto de casa: a Vila Olímpica da Mangueira, um dos mais bem-sucedidos projetos sociais do país, que existe há doze anos e atende diariamente 5 600 jovens. Hoje, ele é um dos quarenta meninos integrados ao Programa de Acompanhamento de Menores de Risco e um atleta talentoso. Ajudou a equipe da Vila Olímpica a se classificar no campeonato mundial de ginástica rítmica, na Suécia, no ano passado. O que mantém a Vila Olímpica a pleno vapor e deu a Alessandro a oportunidade de mudar de vida foi a ajuda em dinheiro de grandes empresas, como a Xerox e a BR Distribuidora.

Alessandro é um caso típico de menino cujo futuro parecia perdido. A maioria das crianças carentes não atingiu ainda esse estágio em que as esperanças começam a desaparecer. Ao contrário do que se supõe, a maior parte das crianças que perambulam pelas esquinas pedindo esmolas, vendendo balas ou praticando pequenos delitos não mora nas ruas. Segundo uma pesquisa realizada no início deste ano pelo SOS Criança, órgão do governo do Estado de São Paulo encarregado de amparar a população infantil carente da capital, 69% dos menores entrevistados vão dormir em casa. A porcentagem dos que dormem na rua é ainda

menor entre os que cometem crimes mais graves, como assalto a mão armada, e vão parar na Febem.

Segundo dados da Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de São Paulo, 94% dos infratores moram com a família. Destes, 75% têm casa própria. Diante de tais cifras, surge a pergunta óbvia. Se essas crianças têm família e casa para morar, por que continuam nas ruas? Resposta: porque o ambiente no lar é insuportável. Segundo a pesquisa do SOS Criança, 75% dos meninos de rua são submetidos em casa a algum tipo de violência física, psicológica ou sexual. Muitos são filhos de pais drogados, alcoólatras ou em condições de extrema miséria. Só nas calçadas encontram uma liberdade aparente e um ganha-pão razoável. Os procedimentos assistenciais oficiais com os menores de rua esbarram num ponto crítico: a resistência de muitos deles a aceitar ajuda. "A auto-estima é tão baixa que eles não acreditam poder melhorar de vida", afirma Paulo Vitor Sapienza, diretor do SOS Criança.

O que as instituições fazem para desatar esse nó é basicamente criar uma alternativa à miséria em que vivem essas crianças. Na maioria das vezes, bastam a perspectiva de convívio social e o aprendizado profissional, sem falar, é claro, de um bom prato de comida. É o que ocorre na Casa de Passagem, fundada há dez anos no bairro de Santo Amaro, onde está uma das maiores favelas do Recife, cuja ênfase é o apoio psicológico.

A Casa, que surgiu com ajuda de uma ONG internacional e hoje é sustentada por dez organizações desse tipo, atende apenas meninas (são 700 atualmente) e se preocupa com a prevenção da prostituição e do turismo sexual, no qual muitas acabam sendo envolvidas. Seu programa mais conhecido é chamado de Centro de Reestruturação da Identidade, que recebe garotas consideradas em situação de "grave risco social". Ou seja, aquelas que têm a própria sobrevivência ameaçada. Outros dois programas cuidam de formar lideranças comunitárias e de ensinar uma profissão rentável. Francineide de Cássia Ferreira Bento, de 16 anos, foi recebida na Casa de Passagem com apenas 6. Sua mãe era faxineira, vivia num barraco e o pai "nunca colocou dinheiro em casa", conta. Hoje é monitora de trabalhos artesanais, ganha 75 reais mensais e no próximo mês vai a Buenos Aires participar de um encontro internacional promovido por uma ONG. Sem esse apoio, provavelmente estaria hoje pedindo esmola nos semáforos.

O que não está dando certo é a estratégia de enfiar o adolescente infrator num simulacro de prisão e jogar a chave fora. O Brasil tem atualmente mais de 20 000 jovens infratores, dos quais perto de 8 000 estão encarcerados em reformatórios nas grandes cidades. Essas instituições agem com dureza porque lidam com malfeitores de verdade. Um em cada

cinco internos matou alguém, quase sempre em tentativa de assalto. Esses menores se beneficiam da impunidade legal até a maioridade. É natural que sejam separados da sociedade para evitar que cometam novos crimes. A perversidade do sistema está no fato de que nas unidades da Febem se misturam crianças de 12 anos presas por furto com marmanjos de 17 anos, donos de um pesado currículo de crimes. O resultado é a produção de novos criminosos. De cada dez jovens que deixam a Febem de São Paulo, quatro voltam acusados de outros crimes. Funciona bem melhor o sistema de liberdade vigiada. Significa permitir ao infrator uma vida normal, sob monitoramento da Febem – e a maioria está nessa condição.

As entidades privadas tentam ajudar as crianças antes que sejam pegas e trituradas nas Febem. No passado, a filantropia era de pouca monta, muitas vezes canalizada por instituições religiosas. Os padres e freiras tinham boa vontade, mas pouco conhecimento de administração, marketing e treinamento. Não mostravam projetos, não prestavam contas dos recursos que angariavam e mesmo para pedir eram incompetentes. Mudou o enfoque – e também a quantidade de dinheiro envolvida. Muita gente abonada pôs a mão no bolso porque, como diz Oded Grajew, um dos criadores da Fundação Abrinq, o empresariado viu que, "se não conseguir impedir situações como as vividas na Febem, o país jamais terá condições de se inserir no mundo globalizado".

"Antigamente se faziam doações para diminuir o sofrimento dos excluídos", diz Leo Voight, vice-presidente do Gife, grupo de instituições, fundações e empresas envolvidas com programas sociais. "Hoje, financiam-se projetos voltados para a inclusão social da criança e do adolescente." Está na Constituição que é dever dos pais, do Estado e da sociedade cuidar do menor. Só que a responsabilidade era delegada ao governo – e cobrada somente dele. O Estado precisa ser pressionado ainda mais para cumprir o seu dever. Há coisas que apenas ele pode fazer, como melhorar a distribuição de renda no Brasil, uma das piores do mundo. Ninguém, exceto órgãos oficiais, tem condições de tomar providências emergenciais de assistência à criança em larga escala.

Se não podem resolver os problemas brasileiros no atacado, as entidades assistenciais privadas podem, no entanto, dar exemplos nos quais o Estado poderia espelhar-se para suas próprias iniciativas. "O nosso papel não é substituir o Estado", diz Viviane Senna, que dirige o Instituto Ayrton Senna, em São Paulo. "Temos de somar, ser co-responsáveis na luta para mudar a vida de nossos jovens e crianças." O Instituto Ayrton Senna e a Fundação Abrinq, criada por empresários paulistas, são dois exemplos macros de como a iniciativa privada pode ajudar. Ambos têm orçamentos razoáveis: quase 10 milhões de reais para a Abrinq e 14

milhões para o Ayrton Senna. Oito desses 14 milhões vieram de alianças com empresas como Embratel, Petrobras, Microsoft e Audi.

É com esse dinheiro que o instituto ajuda várias ONGs, como a Edisca, no Ceará. Criada no início de 1993 pela bailarina Dora Andrade, a instituição atende 280 meninas de três dos bairros mais pobres de Fortaleza. Além das aulas de balé clássico e moderno, oferece atendimento médico e aulas de inglês. Uma particularidade brasileira é a importância da dança e da música na integração social dos jovens carentes. No Rio de Janeiro, o projeto Dançando para Não Dançar, na favela do Morro do Cantagalo, já revelou várias bailarinas. Duas delas –Luanda de Andrade Thiago e Jessica Pereira Antunes, ambas com 12 anos – ganharam bolsa de estudos e estão de passagem marcada para estudar na prestigiada Staatliche Ballettschule Berlim, na Alemanha. Uma companhia aérea forneceu a passagem e um cineasta vai bancar a estada.

O que a atividade assistencial tem de mais fascinante é a possibilidade de atuar decisivamente no futuro de um jovem nascido na pobreza. Vinte e cinco anos atrás, indignado com a quantidade de meninos pedintes que o rodeavam numa mesa de bar no Rio, o fotógrafo suíço Onorio Mansutti tomou a decisão de pagar os estudos de um brasileiro. O escolhido foi Marcelo de Almeida, então com 6 anos, que morava com a mãe num quatinho de empregada em Copacabana. Com o dinheiro de Onorio, Marcelo cursou uma boa escola e hoje, aos 29 anos, é piloto da TAM.

De volta à Suíça, Onorio criou a Fundação Kinder in Brazilien, que atualmente gasta 30 000 dólares por mês ajudando brasileiros pobres a estudar. Outra instituição filantrópica estrangeira, o Fundo Cristão para Crianças, funciona de modo similar. Criada por um médico americano nos anos 30, opera em 37 países. O mineiro Clóvis Brito da Rocha, 35 anos, foi "apadrinhado" através do Fundo Cristão quando tinha 8. Filho de uma família com renda mensal de dois salários mínimos, ele conseguiu formar-se contador e hoje é dono de uma empresa com vinte funcionários, em Belo Horizonte.

Não há uma fórmula infalível para que o trabalho assistencial com a criança funcione. O que se tem mostrado uma boa idéia é valorizar os traços de identidade cultural da comunidade envolvida. A capital baiana tem bons exemplos nesse sentido. Lá, é a música que dá o tom. São os casos da escola Pracatum, idealizada pelo músico Carlinhos Brown, e da Escola Criativa Olodum. O Olodum, conhecido dos brasileiros pela batucada de seus integrantes, não se limita a ensinar percussão.

Oferece cursos de informática, inglês, português, artesanato e dispõe de um banco de dados afro-brasileiro. Tudo isso em cooperação com as universidades da Flórida e da Califórnia. A Bahia tem ainda outra instituição modelar, que está se tornando uma referência no Brasil, o Projeto Axé, criado em 1990 com a colaboração de uma ONG italiana. Essa organização instituiu o conceito de empresa educativa. Significa estimular a construção de projetos de vida por meio da vivência com o trabalho e a arte. Projetos de vida são exatamente uma das mercadorias em falta para a maioria das crianças brasileiras.

Um inferno chamado Febem



Menor interno: ir ao banheiro durante a noite pode dar castigo ou coisa pior

A unidade Imigrantes da Febem, nos arredores de São Paulo, de onde na semana passada fugiram mais de 600 internos, vive num estado de conflito iminente. Os monitores, em nome da disciplina, fazem da tortura e da afronta à dignidade humana uma rotina diária. Os 1 400 menores são acordados diariamente às 6 horas, em geral com o barulho de socos na parede. Por causa da superlotação, dois ou mais deles são obrigados a dividir o mesmo colchão. Só podem dormir de cuecas e, no inverno, têm direito a um cobertor, muitas vezes cheirando a urina porque pedir para ir ao banheiro à noite é motivo de reprimenda. J.C.S., de 17 anos, que fugiu na semana passada, diz que essa foi a justificativa para uma das quatro grandes surras que levou dos carcereiros nos três meses em que permaneceu na entidade. "Tive de ficar com a cabeça encostada na parede, apoiando nela o peso do corpo, por cerca de uma hora, e depois apanhei com cabo de vassoura", conta. O.P.R., de 16 anos, diz ter sido castigado por um motivo ainda mais fútil: dirigiu-se ao monitor para perguntar onde ele nasceria. Um colega riu de sua curiosidade e ele acabou levando a pior.

A lista de torturas aplicadas na Febem é extensa e criativa. Uma das mais freqüentes é a "lagartixa". O jovem é obrigado a abrir os braços e encostar todo o corpo na parede, amparado apenas na ponta dos pés. Se não agüentar ficar assim por um tempo sempre mais longo do que dá para suportar, leva "cotós", ou seja, cotoveladas aplicadas nas costas. Surras são aplicadas com pedaços de pau e ferro enrolados em toalhas, para não deixar marcas. Durante o dia, em períodos determinados, os menores podem jogar futebol, dominó ou damas. Normalmente, porém, são obrigados a ficar sentados no chão e não podem conversar entre si. Os monitores alegam que, dessa forma, podem controlar os movimentos dos menores e evitam a formação de grupinhos para planejar fugas. Em agosto deste ano, o Ministério Público realizou uma vistoria na unidade e descobriu que 208 internos têm sarna e 103 apresentam outros problemas de pele. A explicação para isso é simples. Além de passar boa parte do dia sentados no chão (inclusive para tomar o café da manhã), os jovens têm de compartilhar as toalhas de banho – cada um se enxuga com um lado do pano. Outros usam os lençóis para se secar. Nesse caso, um lençol deve servir a quatro usuários. A quebra dessas regras, já se sabe, é punição na certa.

Erotismo liberado para menores

A escalada sexual na TV influencia as crianças e preocupa os pais

Há algo na televisão brasileira que provoca mal-estar em vários pais e mães - as cenas de nudez, os diálogos maliciosos, as representações de relações sexuais mostradas no horário nobre, quando crianças ainda estão na frente do vídeo. Um sintoma desse mal-estar já chegou a Brasília. Circulam pelo Congresso nada menos que doze projetos que, de uma forma ou de outra, procuram criar leis destinadas a barrar aquilo que os parlamentares classificam como permissividade da televisão.

Outro sintoma está nas respostas que o instituto Vox Populi obteve nas mais de 3 000 entrevistas que fez em 214 municípios. "Na sua opinião, a televisão brasileira tem mostrado mais sexo do que deveria?", perguntavam os pesquisadores, e nada menos que 63% das pessoas responderam que sim. "Há uma sensação geral, ainda que meio envergonhada, de que o sexo na televisão anda meio fora de controle", diz o ministro da Justiça, Nelson Jobim.

Um levantamento realizado por VEJA na semana passada mostra que a sensação a que o ministro se refere tem razão de ser. Os números mostram que o sexo se tornou uma idéia fixa das emissoras de televisão. Aparece uma cena de nudez a cada 113 minutos, uma representação de ato sexual a cada 145 minutos. Novelas, filmes, propaganda, nada escapa do telerotismo. Não escapa nem a Record, do bispo Edir Macedo, que não tem programas de cunho sexual, mas exhibe comerciais iguais aos das concorrentes.

Pelos critérios empregados por VEJA, em que se considera tanto o que foi exibido na programação como nos intervalos comerciais, a Globo fica em primeiro lugar, a Bandeirantes em segundo, a Manchete em terceiro, o SBT em quarto e a Record em quinto. Somando-se cenas de nudez, palavras chulas, diálogos maliciosos e atos sexuais, a Globo registra 146 ocorrências, contra 83 da Bandeirantes. Um exemplo é a novela Quatro por Quatro, encerrada no último fim de semana e que era exibida às 7 da noite, hora em que boa parte da criançada nem sequer foi para o banho antes do jantar.

No capítulo de sábado dia 15, sete das onze cenas levadas ao ar tratavam de sexo. Inclusive apresentou uma cena de sadomasoquismo, com máscaras de couro, correntes e chicotes, na qual os personagens trocavam frases como "você vai fazer safadeza comigo?"

'FICO CONSTRANGIDO' - Muitas vezes, essas cenas passam despercebidas. Primeiro, porque não é de hoje que a televisão as vem mostrando. Depois, porque, num país onde a tanga reina nas praias e a nudez no Carnaval, o sexo na televisão dificilmente escandaliza. Mas há um público específico que se preocupa com essas cenas na telinha. "Na esmagadora maioria dos casos, o sexo na TV aparece como uma preocupação para aqueles que têm filhos, em especial filhas", afirma a socióloga Maria Tereza Monteiro, da Retrato, empresa que há oito anos faz pesquisas qualitativas, em que se reúnem pequenos grupos de espectadores com a finalidade de captar sua opinião e suas emoções diante do que se passa na televisão.

Esses pais, sejam eles liberais ou conservadores, costumam ser atropelados por perguntas e comentários sobre sexo feitos pelos seus filhos a partir do que vêem na TV. O médico carioca Luiz Antônio Carvalho, 35 anos e pai de Ana Carolina, de 9 anos, descobriu esse aprendizado na prática. Certa vez, quando assistia à novela *Malhação* com a filha, comentou que o casal na tela estava namorando.

A menina rebateu que não, porque ambos estavam de pé. "Namorar, para minha filha, é uma coisa que só se faz deitado", conta Carvalho, conformado. "Tem tanta cena de sexo que a gente acaba ficando complacente", diz o médico. Rayenne Shamy, de 7 anos, que mora no Recife com os pais e mais duas irmãs, teve sua curiosidade despertada por um capítulo de novela. E forçou a mãe, Elizabeth, a dar algumas respostas. Pega de surpresa, ela se esforçou para explicar o que era "transa". "Contei a história da sementinha, mas expliquei exatamente o que era", lembra Elizabeth.

O pai, Humberto, preferiria que suas filhas não fossem ainda expostas ao assunto. "Fico constrangido quando o sexo aparece na tela, mas procuro não demonstrar, para que elas encarem isso como uma coisa natural", confessa ele. Nunca é fácil. A maioria das crianças percebe na hora quando um pai está sem graça ou uma mãe ficou encabulada - e não é agradável ser apanhado nessa situação quando se deseja que os filhos tenham boa orientação sobre um aspecto tão importante da vida como o sexo.

“FOI HORRÍVEL” - Uma situação parecida se observa em diversas residências. Em São Paulo, na casa de Rafael Pelloso, 10 anos, toda vez que alguma cena de sexo aparece na TV o menino fica tão envergonhado que cobre o rosto com as mãos até que a mãe avise que a

imagem já passou. "Meu pai fica quieto e eu, vermelho", conta o menino. "Fiz um acordo com a TV", diz Maria Lucia Schichvarger, mãe de três filhos, dois deles no início da adolescência. "Resolvi aceitá-la", resigna-se, esclarecendo: "Só falo de sexo com meus filhos quando sou perguntada". Psicólogos e educadores concordam que a atitude mais acertada, para os pais é encarar as questões colocadas pelos filhos e responder-lhes com sinceridade. É sempre melhor que o silêncio.

Poucos consideram que proibir a criança de assistir à TV seja uma boa idéia. Em muitos casos porque é impraticável, e também sempre existe o argumento de que essa decisão pode apenas aumentar a curiosidade. Só que nem todas as perguntas são fáceis de responder, mesmo porque com frequência a TV coloca questões impróprias para uma criança. Sob a condição de ser mantida no anonimato, uma mãe descreveu a VEJA sua insegurança no momento em que sua filha de 7 anos assistiu a uma cena em que se insinuava uma relação entre duas mulheres homossexuais. "Ela queria saber como era possível ter prazer assim, e eu tive de explicar, dar detalhes, foi horrível."

Para alguns pais, o sexo excessivo e fora de hora conseguiu mudar a própria natureza da televisão. Deixou de ser aquele eletrodoméstico capaz de garantir um entretenimento sossegado para se transformar numa dor de cabeça. Há pais que assistem às novelas com o olho no vídeo e a mão no controle remoto - na esperança de evitar que as crianças sejam colocadas de surpresa diante de uma cena considerada inconveniente ou mesmo chocante. Também se multiplicam as estratégias para deixar os filhos longe da televisão. É assim que pais e mães tentam arrastá-los para brincadeiras em outros ambientes e reforçam programas fora de casa. Pode ser uma ótima idéia, pois existem coisas muito mais interessantes no mundo do que uma tela de TV.

Veterano autor de novelas e pai de duas meninas, uma de 7 anos e outra de 4, Dias Gomes nunca as proibiu de assistir a qualquer programa. "As pequenas transgressões que a TV comete são eliminadas por outros mecanismos sociais, como a orientação da família", diz ele. Eis aí uma visão sobre a qual ninguém está de acordo, a começar pelos profissionais da área. VEJA ouviu uma dezena de especialistas - psicólogos, psiquiatras, pedagogos, educadores sexuais -, e apenas um, o psiquiatra Christian Gauderer, com doutorado em Desenvolvimento da Criança na Universidade Harvard, nos Estados Unidos, considera que a exposição de crianças ao sexo da TV não faz nenhum mal.

“DESCONFORTO E ANGÚSTIA” - "Não há motivo para histeria", diz ele. "O excesso de sexualidade pode interessar a criança por um tempo, mas isso vai morrer

naturalmente. Nós, adultos, é que estamos patologizando isso." Para o psiquiatra, mesmo uma criança que assiste a filmes exibidos no Cine Privé, sessão pornográfica levada ao ar pela Bandeirantes, não irá sofrer nenhum trauma no futuro. "A criança assiste às cenas eróticas com um distanciamento muito maior do que o adulto, porque nem sequer se desenvolveu para ativar a libido." Para Gauderer, a criança quer entender, com a mesma curiosidade, a última reportagem sobre a carnificina na Bósnia, um assassinato numa favela ou uma cena de sexo numa novela. "Ela pergunta o que foi o impeachment do Collor e o que é estupro. O problema é do adulto que não está preparado para responder que estupro é um abuso sexual."

A psicóloga Maria Aparecida Barbirato, coordenadora do Grupo de Trabalho de Pesquisa em Orientação Sexual, que foi contratado pelo Ministério da Saúde para implantar programas de educação sexual nas escolas públicas do país, acha que exposição precoce de crianças ao sexo é um fato que não pode ser ignorado. Barbirato constatou que, em geral, elas reagem à situação de duas formas. Algumas desligam a TV, simplesmente porque o sexo ainda não as interessa. "Mas a maioria começa a imitar a cena, apesar de não entender direito o que aconteceu", diz. "Francamente, isso é muito artificial."

A psicóloga pernambucana Maria do Carmo Camaroti considera que, quando o assunto é sexo, as crianças são submetidas a uma série de informações que não estão aparelhadas para resolver. "É como dar feijoada a um bebê que se encontra na fase da mamadeira", compara. "As crianças ficam seduzidas, querem agarrar outras pessoas, dão beijos com força e adotam atitudes que consideram sensuais", conta a psicóloga. A psicanalista Cristina Kupfer, professora do Instituto de Psicologia da USP, considera que a exposição intensa ao sexo provoca desconforto em meninos e meninas.

"Eles presenciam cenas em que o amor é realizado de forma completamente diferente daquela que podem dar e receber", afirma. "O que essas cenas fazem é aumentar sua angústia." Chefe de um serviço que atende problemas clínicos e dá orientação sexual a jovens entre 10 e 20 anos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o médico Ricardo Barros, presidente da Sociedade de Pediatria fluminense, chega a temer que a televisão esteja preparando um desastre de grandes proporções.

“SEXUALIZAÇÃO PRECOCE” - "Estamos gerando um problema que ninguém sabe onde vai estourar", diz ele. "O sexo é mostrado na televisão como uma coisa compulsiva, indiscriminada, com a qual as pessoas podem suprir todas as carências." O pediatra sustenta essa opinião a partir de experiências profissionais e familiares. Conta que, quando a Globo exibiu a novela Barriga de Aluguel, mostrando uma adolescente grávida, com o apoio de pais

e amigos, o mesmo comportamento se repetiu na vida real - onde as conseqüências foram muito diferentes do que se via na ficção. "Notamos no instituto um aumento da gravidez entre meninas de baixa renda", diz ele. "Só que a realidade é o oposto do que a televisão mostrava: essas meninas são marginalizadas e hoje têm problemas na escola."

Um dia, Ricardo Barros notou que sua filha mais nova, de 9 anos, ficava em estado de euforia quando chegava a hora de assistir a uma novela. "Ela dizia que não queria perder o capítulo para saber quem tinha transado com quem naquele dia", conta. O pediatra está convencido de que a televisão modifica o comportamento da criança, podendo prejudicá-la. "A televisão joga imagens e as pessoas vão captando. Está havendo uma sexualização precoce", afirma ele. "Meninas de 7 ou 8 anos já têm comportamento de adolescente, usam batom e salto alto, compram roupas erotizadas da Xuxa e da Angélica. Um menino de 11 anos já está pensando em beijar e agarrar uma menina. É impossível negar que a televisão tenha muito a ver com isso." Existe um dado que deve ser levado em conta quando se debate a influência da TV sobre o comportamento das pessoas.

Ninguém discute que ela estimula o consumo de mercadorias e marcas - tanto que recebe verbas milionárias de publicidade. Também é certo que tem seu peso na hora de o cidadão escolher seu candidato numa eleição - tanto que o horário político, com toda a sua chatice, é disputado a faca pelos concorrentes. Fica difícil imaginar, nessa situação, que só em matéria de sexo a TV seja um aparelho neutro como um terno cinza.

“TERMOS IMPUBLICÁVEIS” - Mas nada é tão mais fácil do que responsabilizar a TV, exclusivamente, pelo que está acontecendo com crianças e adolescentes. Só que é errado. Os costumes se modificaram, os padrões de comportamento também e a própria paisagem sexual onde a criança se encontra é hoje muito diferente daquela de duas décadas atrás. O sexo é muito mais acessível. Basta sair à rua para deparar com uma banca com uma grande coleção de revistas masculinas, femininas e gays. Nas videolocadoras, a lei não autoriza menores de idade a alugar fitas pornográficas - mas a embalagem está lá e, em geral, já diz tudo. Em função da Aids, a camisinha se tornou tema freqüente de campanhas na TV e, com ela, mais conversas sobre sexo.

No telefone, há o disk-sexo, que não discrimina adultos, adolescentes ou crianças. Quem telefona para os serviços anunciados nos jornais de São Paulo vai, invariavelmente, ouvir uma gravação: "Você quer participar da minha fantasia? Tenho uma mente muito suja". Daí em diante, o monólogo é pontuado por termos impublicáveis. A sauna gay Clube Pompéia, que também anuncia em jornais paulistanos, tem seu telefone às vezes contatado

por menores. De acordo com o gerente Humberto Cursio, 1% das chamadas que o clube recebe são feitas por crianças ou adolescentes. Em função de queixas de muitos pais, em estado de inadimplência junto à companhia telefônica, na semana passada, em Manaus, um juiz proibiu que o disk-sexo funcionasse na cidade.

Veza por outra, alguma autoridade resolve tomar uma atitude. No Rio de Janeiro, o prefeito César Maia proibiu que as bancas de jornal mostrassem capas de revistas pornográficas do lado de fora - elas só podem ficar expostas do lado de dentro das bancas, lacradas em embalagens plásticas opacas. Há poucos dias, Siro Darlan, juiz de menores do Rio de Janeiro, proibiu que a diretora Bia Lessa exibisse cinquenta crianças nuas numa encenação da ópera *Il Tríptico*.

Também por sua iniciativa, os capítulos de *Malhação* não vão ao ar antes de passar por seu crivo. Ele recebe as sinopses da Globo e, quando não gosta de uma cena ou diálogo, determina que sejam modificados - ou mesmo suprimidos. Na prática, o que o juiz está fazendo é censura prévia. Seu trabalho tem como fundamento o Estatuto da Criança e do Adolescente, que elenca um conjunto de providências para proteger a imagem, a saúde física e mental dos menores. Como *Malhação* exhibe atores com menos de 18 anos, que só podem aparecer na TV com sua autorização, sempre que discorda de um capítulo o juiz se nega a liberar a participação. Numa de suas primeiras cenas, *Malhação* iria apresentar um grupo de adolescentes apenas de calcinha e sutiã. Para atendê-lo, a cena foi modificada. Todos foram ao ar com roupa colante de ginástica.

“CAUSA MAIS BELA” - Essa situação é nova e nasceu de uma grande idéia da Constituinte de 1988 - a abolição da censura. A experiência demonstra que um regime de liberdades plenas só pode funcionar quando cada parte tem vontade de cumprir seu papel. Pela legislação, o governo não tem o poder de baixar normas de exibição nem sequer determinar às emissoras que respeitem horários para apresentar seus programas, deixando a carga mais pesada para tarde da noite, quando, supõe-se, a criançada já está dormindo. Pode, no máximo, apresentar sugestões e chamar a atenção das emissoras para algum problema que considere grave. Mas nem isso Brasília tem sido capaz de fazer. Até a semana passada, Margrit Dutra Schimidt, chefe do Departamento de Classificação Indicativa do Ministério da Justiça, dispunha de somente três funcionários, nenhum computador e apenas um aparelho de TV para se manter a par do que está sendo exibido.

A outra parte, a maior, cabe à própria TV. A Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e TV, Abert, possui um código de ética muito bonito - mas até as crianças já

perceberam que esse papelório só foi escrito para não ser respeitado. O argumento favorito das emissoras é dizer que quem não está satisfeito só precisa mudar de canal ou desligar o aparelho. Mas dizer isso, apenas, é fingir que se pode ignorar três realidades.

Uma, que a TV é uma alternativa de lazer única para a maioria das famílias, especialmente as mais pobres. Duas, que freqüentemente as crianças ligam a TV quando os pais estão fora, trabalhando. Três, que a programação do conjunto das emissoras foi sexualizada em largas doses - há diferenças, mas a única exceção verdadeira é a rede educativa. As emissoras gostam de invocar a liberdade de expressão para que ninguém venha intrometer-se em seu trabalho, o que é correto. A liberdade é mesmo a causa mais bela que existe. Isso não elimina, no entanto, a necessidade de um debate sobre a função que a televisão exerce. É uma discussão que poderia melhorar a própria televisão, abrindo caminhos mais criativos do que o simples apelo sexual indiscriminado.

Papo de gente grande: Como a TV antecipa a descoberta do sexo

Na teoria, o sexo deixou de ser um mistério para eles. Crianças ainda, discorrem sobre temas como homossexualidade, estupro, Aids e função dos órgãos sexuais com a desenvoltura de especialistas. à primeira vista, os onze meninos e meninas entre 7 e 13 anos com que VEJA conversou na última quarta-feira são adultos precoces. As vizinhas infantis, no entanto, traem a contradição: se o discurso é de gente grande, nos corpos fluem poucos miligramas de hormônios sexuais. E eles ainda brincam com ursos de pelúcia, bonecas Barbie, bolinhas de gude, além do videogame e do computador, enquanto falam, falam e falam de sexo.

Responsáveis por tamanha mudança na infância certamente são a revolução sexual vivida por seus pais e o medo inspirado pela Aids. Mas há um elemento igualmente novo, só que mais perturbador na parada: a TV, há dez anos mergulhada numa louca correria para ganhar pontos de Ibope à custa de muito sexo. Todas as crianças ouvidas reconhecem que aprenderam demais sobre os "truques do sexo" antenadas na televisão. E os pais correm atrás. A escola, idem.

"Como eu nasci? É normal, meu pai transou com minha mãe. Já aprendi como se faz amor", revela o pequeno André, aluno de 3ª série em São Paulo. As lições, minuciosas, lhe foram dadas por um aparelho de 20 polegadas em seu quarto, sintonizado numa antena

parabólica. "A TV ensina os truques. A escola só enrola. Acho que sexo tem de descobrir por você mesmo, se não, não dá. Tem de ser na TV, na vida", comenta o menino.

Vida, mesmo, André tem pouca em seus 10 anos de idade, três horas diárias na frente da TV. Foi assim: "Quando eu tinha 5 anos, vi um filme que na época achei esquisito. Um homem chegava perto de uma mulher com os seios de fora na piscina e falava: 'Quero te c...'. Não entendi nada. Como assim, c...? Com garfo e faca?! Nunca tinha visto nada parecido na vida. Foi superestranho. Fiquei perturbado. Armazenei aquelas cenas na cabeça, essas coisas foram ficando na memória. Mulher e homem fazendo sexo, falando coisas estranhas, tinha pego essas imagens por acaso, pela antena parabólica. Vi o cara mordendo a orelha da mulher. Achei animal".

Como era de esperar, André ficou insaciavelmente curioso. "Perguntei à professora, ela disse um monte de baboseiras. Perguntei para meu pai, ele me disse algumas verdades, só algumas. Veio com um papo de sementinhas se juntando. Minha curiosidade era maior. Aí comecei a aprender por minha conta, o homem da banca de jornais da esquina deixava eu olhar umas revistas. Depois fui me aprimorando, sabendo mais, perguntando para meus amigos e amigas mais velhos. Fui ficando expert. Não tenho mais dúvidas sobre sexo. Sou um homem resolvido. Agora é só fazer. Já tenho as manhas, sei do que uma mulher gosta", comenta o menino, 1,45 metro de corpo imberbe.

Os quatro garotos são unânimes ao relacionar em quem mais confiam. Primeiro, vêm os pais. A TV está em seguida. Os professores ficam em terceiro, à frente apenas das empregadas domésticas. Do que eles não gostam é de assistir à TV com os pais. "Prefiro com a empregada, ela tem menos intimidade. Com papai e mamãe, dá vergonha. O ideal é assistir sozinho", afirma Alberto, 12 anos, o veterano da turma masculina. Com as meninas é diferente.

Primeiro vêm as mães, depois os pais, em seguida a escola e os amigos, por fim a TV. "A minha mãe tenta explicar tudo o que eu pergunto para ela sobre sexo. Uma vez, perguntei para o meu pai o que era masturbação e ele me disse que isso eu só devia saber quando completasse 15 anos. Ele é muito tímido, sabe? Prefiro me abrir com a minha mãe. Ela me explica tudo, só pára quando não sabe mais sobre um assunto. Aí ela compra um livro sobre sexo e nós lemos juntas", explica Lívia, 9 anos, aluna da 3ª série. "A camisinha é como uma bexiga de borracha que vem toda enroladinha num pacote. O homem pega o seu pênis ereto e põe essa bexiga na ponta. Depois, é só desenrolar", ensina a loirinha Marina, 8 anos, 2ª série, sem nenhuma vibração especial na voz. Onde aprendeu? Ela viu uma campanha de prevenção

da Aids na televisão, completou as informações com a mãe - sempre ela - e tornou-se craque no assunto.

“PRECONCEITO” - Se para os meninos a TV é o principal veículo de informação sobre sexo, para as garotas funciona mais como um elemento a despertar curiosidade. Talvez esteja aí a razão de elas manterem certo distanciamento da encenação que se passa no tubo catódico. "Eu acho que as novelas passam um preconceito muito grande contra quem quer manter a virgindade. Por exemplo, apareceu na novela uma menina que era virgem e, só por causa disso, o garoto não queria nada com ela. Ela tinha de deixar de ser virgem para transar com ele. Aí, ela saiu querendo transar com qualquer um para resolver isso. É um absurdo! Eu, por exemplo, acho que só vou ter relações sexuais com alguém que me ame muito, que me faça sentir segura. Alguém em quem eu confie e de quem eu goste muito. Pelo menos da primeira vez tem de ser assim", diz Elisa, 12 anos, uma pré-púbere aluna de 6ª série.

"O mesmo preconceito apareceu em *Malhação*", acusa Maria Alice, 13 anos, aluna da 7ª série e veterana do grupo feminino. "Tinha um menino virgem, que todo mundo queria que não fosse mais. Arrumaram uma prostituta para ele... Eu acho o fim. Os autores de novelas deviam pensar que esse tipo de coisa é uma pressão incrível na cabeça das pessoas. Quem acha uma baixaria resolver a vida sexual desse jeito acaba se sentindo culpado porque não está fazendo aquilo que os outros, a novela inclusive, acham que ele deveria fazer."

Com os meninos, a imagem de sexo ideal é povoada por cenas de novela, anúncios publicitários e afins. A vontade de ficar com mulher surge primeiro com a TV, e não na escola. Danilo, de 10 anos, ficou apaixonado pela Letícia Spiller, a Babalu de Quatro por Quatro, antes de se interessar por uma colega de classe que só quer ser sua amiga. "Fico com muito mais vontade de ver essa atriz na TV do que de dar um beijo na minha colega", confidencia. André completa: "A gente sonha mais com a mulher da televisão, ela é mais bonita. Não consigo imaginar como seria se não tivesse TV". Ninguém mais consegue.

Quero minha TV

Equipados como nunca, os quartos dos filhos viraram minifortalezas

Quando as TVs custavam caro, elas ocupavam lugar de destaque na casa, quase sempre na sala de estar. Com o tempo, os aparelhos ficaram mais baratos e invadiram os demais cômodos. Em alguns casos, foram parar até no banheiro. A discussão do momento entre os pediatras e psicólogos é se a televisão deve ou não ser instalada no quarto das crianças. Quem mora em casa com apenas um televisor sabe como pode ser desagradável reunir a família em torno de um programa que só o pai ou a mãe quer ver. Que garoto tem vontade de assistir àquela reportagem sobre jardinagem da BBC de Londres? E que adulto suporta dez minutos de *Pokémon*?

Tentando garantir a liberdade de adultos e crianças, muitos pais acharam melhor dar uma TV de presente para o filho. "A motivação é a melhor possível e é bom que pais e filhos aprendam a conhecer e respeitar os limites de cada um desde cedo", diz o pediatra Pedro Paulo do Amaral Corrêa, do Hospital São Luiz. "Mas é sempre bom refletir sobre as conseqüências dessa decisão", afirma.

Em primeiro lugar, é preciso tomar cuidado com os exageros. Sob o argumento de dar liberdade às crianças, muitos pais transformaram o quarto dos filhos em pequenas ilhas. Hoje eles recebem a TV, amanhã vem o computador, o videogame eles já tinham, o aparelho de som ganharam da avó... Só falta a geladeira! Há uma corrente que defende que crianças e adolescentes podem possuir essa parafernália. Mas, para evitar que eles se isolem de tudo e de todos, devem ser incentivados a praticar outras atividades durante o dia, como jogos, brincadeiras, cursos e esportes. "Se os pais propuserem alternativas, dificilmente a criança vai querer ficar enfurnada", diz a psicóloga do desenvolvimento Lúcia Helena Zabotto, da Universidade de Brasília.

Outro cuidado essencial diz respeito ao controle sobre o uso da TV, que vale para quem tem um ou mais aparelhos em casa. Os estudos informam que a criança fica diante da telinha duas horas e meia por dia, em média. São comuns casos em que os jovens passam até cinco horas na frente do aparelho. É tempo demais. A Academia Americana de Pediatria recomenda que a criança não deve assistir a mais de duas horas de TV por dia. Para os menores de 10 anos, o ideal é que os pais escolham os programas e os vejam junto, sempre

que possível, para explicar o que está sendo dito na tela. No quarto, esse grau de controle é mais complicado. Recomenda-se a quem vá fazer a experiência de comprar a TV do filho que combine antes algumas regras de conduta em torno de horários e programação. Precisa ficar acertado também que, descumpridas as normas, rompe-se a relação de confiança e perde-se o aparelho. "A TV não faz mal, desde que os pais imponham regras para usá-la", afirma Lúcia Helena.

Regra e disciplina são palavras de ordem na casa do operador da bolsa de valores Francisco Trindade. Ele e sua mulher, Célia, fizeram um acordo com os três filhos. Felipe, de 12 anos, e Victor, de 9, têm uma TV no quarto. A outra filha do casal, Stephanie, de 8 anos, também tem o próprio aparelho. Uma das normas da casa é só assistir à TV depois de fazer a lição da escola. Outra regra: que não se pluguem numa lista preparada com os canais proibidos. Para evitar que se viciem em TV, Célia toma um cuidado adicional: "Invento jogos e brincadeiras para não perder a união da família".

Sexo, socos e babás
Uma pesquisa mostra com
quantos tiros e cenas eróticas a
televisão cria as crianças enquanto
os pais acham tudo natural

O casal resolve jantar fora e contrata uma babá para tomar conta da menininha de 7 anos durante três horas. Tão logo o casal sai, entra o namorado da babá e começa a acariciá-la no sofá, na frente da garota. Eles reduzem um pouco a luz e vão se despindo enquanto trocam piadas cabeludas sobre impotência e homossexualismo. A babá e o namorado estão nus, chegando ruidosamente no auge, quando entram dois assaltantes, cuspidos palavras. Um deles mete um tiro na orelha do rapaz, esborrifando sangue, enquanto o outro toca a moça com uma faca e tenta estuprá-la. Chega uma equipe da polícia e joga um dos bandidos pela janela, ao lado da poltrona onde está a menina. O outro ladrão consegue fugir, mas seu carro é atingido por um míssil, tromba com um caminhão de gasolina, explode e incendeia outros cinco automóveis num inferno de gritos e labaredas. Da janela, a menininha espia a cena. Os bombeiros apagam o fogo, a polícia vai embora, a ambulância leva os feridos e a babá dá um jeito na sala. O casal volta do jantar tranquilo, paga a babá pelo seu trabalho e coloca a garotinha para dormir. Os pais dormem tranquilos, certos de que tiveram uma ótima noite e que a filha esteve em boas mãos. Mas e a menina, terá sonhos suaves ou estará traumatizada?

A seqüência descrita acima não aconteceu na casa de ninguém, mas em três horas típicas da televisão ela acontece todas as semanas - na frente de crianças. Que há tiros, facadas, brigas e explosões nos filmes e desenhos animados não é propriamente uma novidade. Vão longe os tempos em que o máximo de violência no vídeo era Bat Masterson dar umas bengaladas nos bandidos. Desde que a novela Pantanal cravou um novo marco no terreno do erotismo televisivo, fazendo com que as emissoras concorrentes da Manchete corresse atrás com recursos fartamente apelativos, também se começa a desconfiar que nunca houve tanta gente fazendo amor no vídeo. Nos anúncios, igualmente, se intui que existem cada vez mais mulheres nuas fazendo propaganda de TV. O palavrão, por fim, transformou-se em moeda corrente na televisão, sendo falado em graus diferentes de grosseria por Fausto Silva, Ary Toledo, nas novelas e nos programas humorísticos.

Uma coisa é desconfiar que há muito sexo e violência sendo despejados pela televisão na cabeça dos telespectadores, principalmente das crianças. Outra coisa, bem mais espantosa, é contar as cenas de nudez, erotismo e violência mostradas pela televisão ao longo de uma semana. A pedido de VEJA, essa contagem foi feita por alunos do curso de Rádio e TV da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Durante uma semana, de 28 de maio a 3 de junho, os estudantes anotaram em fichas todas as vezes em que a televisão mostrou homens e mulheres nus, relações sexuais (sugeridas ou mostradas mesmo), registraram os diálogos de conteúdo sexual e enumeraram os palavrões e termos chulos que eram ditos. No terreno da violência, contaram-se as brigas, facadas, explosões, trombadas, tiros e torturas. Das 8 da manhã ao início dos filmes que encerram a programação das quatro grandes redes brasileiras (Globo, SBT, Manchete e Bandeirantes), absolutamente tudo foi anotado e enumerado pela pesquisa, incluindo noticiários, anúncios e chamadas de programação.

O resultado da pesquisa supera em muito as previsões mais exageradas. "Jamais imaginei que a televisão brasileira estivesse apresentando tal quantidade de cenas chocantes", diãse Silvio Santos, dono do SBT, ao tomar contato com a pesquisa. "Que horror, que horror", foi a primeira reação da sexóloga Marta Suplicy aos números levantados pelos estudantes. Na semana da pesquisa, foram disparados 1.940 tiros na televisão brasileira, houve 886 explosões e 651 brigas. Contaram-se para esses mesmos sete dias 1.145 cenas de nudez, parciais ou totais, 188 referências ou imitações de trejeitos homossexuais e foram ditos 72 palavrões ou termos chulos. À primeira vista, os números são brutos, mas numa segunda análise ficam ainda mais brutos.

Como ninguém assiste a dezesseis horas seguidas de programação das quatro redes durante um dia, é possível argumentar que não existe sequer um espectador que esteja sujeito à carga total de violência e sexualidade mostrada pela televisão brasileira. Mas um espectador-padrão, dos que ficam na frente do aparelho cerca de duas horas por dia, ainda assim estará contemplando doses maciças de violência e sexualismo. Também não vale o argumento de que as crianças não têm acesso ao grosso das brigas, explosões e apelos eróticos explícitos, pois que as cenas mais fortes só seriam mostradas tarde da noite, quando elas já estão dormindo. Não vale por dois motivos.

Primeiro, porque as cenas mais fortes são mostradas no horário nobre, das 7 às 10 horas da noite, nas novelas e nos filmes. Em segundo lugar, porque as emissoras selecionam as cenas mais chocantes de seus filmes, novelas e seriados e as usam como chamadas ao

longo de toda a programação. Assim, se num determinado filme da Globo, apresentado às 10 horas da noite, há uma cena em que alguém leva um tiro no ouvido e o sangue jorra, será essa seqüência de poucos segundos que será mostrada de manhã e à tarde, como chamariz para a programação noturna.

Se nenhum pai ou mãe em sã consciência permitiria que a babá, o namorado, os assaltantes e a polícia fizessem o diabo na frente da filha, esses mesmos pais encaram com a maior naturalidade que as crianças assistam às seqüências mais escabrosas na televisão. Existe ainda um outro tipo de pais - aqueles que, na condição de profissionais de TV, produzem e colocam no ar cenas e diálogos que não protagonizam em suas próprias casas, na frente de familiares e amigos. "O que ofende é a vulgaridade, a sujeira que varrem para dentro da casa da gente através da televisão", diz o roteirista Manoel Carlos, autor de sucessos como *Baila Comigo* e *Sol de Verão*. "Os limites acerca do que deve ser apresentado dependem da consciência de quem faz televisão, mas, do jeito que a televisão está, garanto que um anúncio de cigarro é infinitamente menos desastroso que muitas novelas e programas de auditório."

Luciano Callegari, superintendente artístico e operacional do SBT, acredita que a atual onda de erotismo e nudez na televisão teve um momento de inflexão bastante nítido: a novela *Pantanal*. "As cenas vistas hoje em *Rainha da Sucata* seriam impensáveis na Globo se não houvesse à concorrência da novela da *Manchete*", diz Callegari. "A Globo apelou para combater *Pantanal*, e hoje, se eu fosse fazer uma novela, haveria uma pressão muito grande para ela ter cenas de nudez."

Quem não se adapta às pressões do mercado parece condenado a sucumbir. Pelo menos é o que se pode deduzir da estratégia inicial do SBT de Silvio Santos para aparecer como alternativa à guerra das peladas travada pela *Manchete* e Globo. Quando *Pantanal* começou a ganhar pontos na audiência, a Globo programou uma semana de filmes brasileiros e, nas chamadas, carregou a mão nas cenas de nudez, sexo e violência. "Para oferecermos algo diferente de nudez, tiramos do ar nossa linha habitual de shows e programamos a *Sessão Bestseller*, uma série de adaptações de livros de primeira linha, para a mesma semana", conta Silvio Santos. "Resultado: tivemos os piores índices de audiência em nove anos de SBT."

"A televisão é um espelho do mundo lá fora, refletindo uma realidade muito violenta", opina Marília Gabriela, apresentadora da *Bandeirantes*. "Em dois anos, meu filho mais velho foi assaltado cinco vezes, então acho que a televisão não mente, ela apenas foi assimilando o que de fato acontece." O antropólogo Gilberto Velho burila mais essa idéia: "A TV tem

impacto e influência sobre a sociedade, mas faz parte dela, expressa de alguma maneira o modo de ser dessa sociedade", diz ele. Se é certo que a televisão não opera num vácuo social, nem por isso é possível afirmar que a atual programação das emissoras reflete fidedignamente a realidade brasileira das ruas e casas.

Uma criança de 5 anos que fique na frente do aparelho duas horas por dia, ao fim de um ano terá sido exposta a 1.168 piadas sobre sexo, 7.446 cenas de nudez e a mais de 12.600 estampidos de tiros. Até atingir a maioridade, essa criança teria tomado contato com 15.184 anedotas de sexo, 96.798 cenas de nudez e mais de 163.000 tiros. Razoável supor que uma criança, mesmo vivendo num país em guerra, ou fazendo o trajeto entre Sodoma e Gomorra, jamais terá oportunidade de chegar a tais números.

Para um adulto de estrutura psicológica formada, o bombardeio erótico-violento da televisão tem efeitos reduzidos, ainda que eles existam. A relação entre violência e televisão foi objeto de uma extensa pesquisa do governo americano em 1972, que chegou a conclusões semelhantes a um outro estudo, patrocinado uma década depois pelo Instituto de Saúde Mental dos Estados Unidos. As pesquisas estabeleceram que o telespectador habitual de violência tende a encarar a brutalidade com menos traumas e, ele próprio, a ser mais violento. Ou seja, os estudos registram tendências no público, e não relações diretas de causa e efeito. Quanto ao erotismo televisivo, inexistem pesquisas específicas a respeito de mudanças de atitudes nos telespectadores.

Os estudos se limitam ao impacto do pornografia, como é o caso do artigo de Mike Baxter, publicado em maio pela revista inglesa *New Scientist*. Segundo Baxter, exposição continuada à pornografia de vídeo dessensibiliza os homens para a violência do estupro, tende a levá-los a um comportamento sexual mais agressivo e os conduz ao consumo de formas mais explícitas de obscenidade (a chamada pornografia hard core).

Se há efeitos em adultos, o que acontecerá com as crianças? Novamente, não há pesquisas que respondam estritamente a essa questão, mas os especialistas no assunto não têm dúvida de que as crianças não assistem a televisão impunemente. "Não existe criança nenhuma no mundo que seja submetida a um tamanho nível de erotismo como a brasileira", diz Marta Suplicy, que acaba de lançar o livro *Papai, Mamã e Eu*, dedicado aos adultos que, perplexos, não sabem como responder às perguntas cada vez mais precoces da garotada interessada em sexo. "As meninas de uns 7 anos só pensam em namorar, em seduzir os meninos, em se fantasiar de mini-Xuxas, e as conversas com as bonecas são reproduções dos diálogos da TV, é um transa ou não transa." Marta acha que o comportamento sexual dá

crianças mudou, que elas fazem perguntas muito mais explícitas sobre sexo, que é muito difícil detectar qual a compreensão da garotada frente a uma cena erótica na televisão. Ela considera, no entanto, bobagem proibir as crianças de ver televisão e sugere aos pais que, despertada a curiosidade infantil, respondam às dúvidas dos filhos.

Haim Grünspon, professor de Psiquiatria na PUC paulista, concorda com a tese de que a proibição de ver TV gera uma curiosidade na criança e que o melhor mesmo é dirimir as dúvidas. Mas ele considera que as dificuldades não são resolvidas só com essas atitudes. "De tanto presenciar cenas de sexo e violência, as crianças passam a encará-los como as coisas mais banais do mundo", diz Grünspon. "E, para agravar a situação, a criança tende a imitar as cenas de violência e é exposta a exemplos copiosos de sexo complicado e não de sexo saudável.-" No que tange aos responsáveis pelo que hoje vai ao ar, o psiquiatra é um crítico severo e cobra responsabilidades: "A televisão brasileira enveredou por um caminho que não está ligado à educação do povo, nela ninguém se preocupa com as crianças, seu futuro sexual e com as gerações que estão se formando na frente do vídeo".

Quem tem crianças e adolescentes em casa sabe o quanto é difícil, senão totalmente irreal, a máxima de que basta mudar o seletor de canais ou desligar o aparelho de TV para que todos os problemas sejam miraculosamente resolvidos. "Fico sem jeito, constrangido e às vezes até chocado quando assisto a alguns trechos de Rainha da Sucata junto com minhas filhas", diz Silvio Santos. Na sua própria emissora, o apresentador considerava que as coisas estavam um pouco melhores do que na Globo - até tomar contato com a lista de dez palavrões proferidos ao longo da programação do SBT na última semana de maio.

"Não falo palavrões, acho que a TV brasileira devia ser estritamente familiar, como a americana, e já orientei o SBT nesse sentido, mas não posso fazer mais que isso", diz Silvio Santos. O empresário, na condição de dono da segunda maior rede do país, até reconhece que poderia baixar uma série de normas e proibições na sua emissora, mas se recusa a fazer isso. "Se eu proibir um artista de cometer grosserias, no dia seguinte ele dá uma entrevista me acusando de ser censor, de estar com inveja do seu sucesso e outras coisas mais", afirma Silvio Santos, que acha que deveria partir dos artistas de televisão a iniciativa de evitar que cenas chocantes sejam colocadas no ar.

O que aparece na televisão, e potencialmente é maléfico para o público infantil, se apóia em três pilares: os pais, o Estado, enquanto representante da sociedade como um todo, e as pessoas que fazem a televisão. Os pais são os responsáveis últimos pela criação e educação de seus filhos, e a eles cabe a tarefa de lidar com aquilo que a TV oferece à criança. "O

único recurso do telespectador indignado é acionar o botão de controle remoto", opina Benedito Ruy Barbosa, o autor de Pantanal, falando na condição não de pai, mas de avô." Assim que terminam de assistir a esses seriados japoneses, meus netos de 3 e 5 anos partem imediatamente para a briga e logo um deles está berrando porque se machucou. Por isso minha mulher não deixa mais eles verem esses seriados em casa", completa. Ocorre que são poucos os pais que têm tempo, disposição para assistir a televisão com os filhos ou mesmo capacidade para responder de supetão a perguntas espinhosas sobre sexo, especialidade de meninos de 4 anos.

No que diz respeito ao Estado, há uma espécie de terra de ninguém desde que a nova Constituição entrou em vigor, há dois anos, acabando com a Censura. O artigo 220 da Constituição afirma que compete à lei federal estabelecer os meios que garantam às pessoas e às famílias a possibilidade de se defenderem dos programas de TV que contrariem o disposto no artigo 221. Esse artigo 221, por sua vez, diz que os programas de televisão devem ter finalidades artísticas, educativas e culturais e precisam respeitar os valores éticos e sociais. Como o Congresso ainda não criou a lei federal que dê meios para as pessoas se defenderem da televisão, há um buraco negro jurídico. Uma coisa, no entanto, é tida como certa: ninguém na televisão quer o retomo da Censura, que significa sempre a imposição de padrão de comportamento do censor a toda a sociedade.

"Por princípio, sou contra qualquer tipo de censura, mas no Brasil parece sempre que é oito ou oitenta, e há hoje profissionais e emissoras que abusam do direito de concessão", avalia Cassiano Gabus Mendes, autor de Plumas e Paetês. "Nos horários da manhã e da tarde, não se pode supor que a mãe vai sair correndo para mudar o programa a que seu filho está assistindo e ela desaprova." Entre as pessoas que fazem televisão no Brasil, sejam autores, atores, programadores e diretores, há duas abordagens dominantes na questão do sexo e da violência levada ao ar. Na primeira, a maioria dos profissionais admite que cabe a eles, e não à Censura, evitar a exacerbação, criando mecanismos de controle. Num segundo momento, todos consideram o que fazem divertido, de bom gosto, enquanto ao falar dos concorrentes carregam nas cores da brutalidade e do sensualismo. Nesse caso, valem as desculpas mais diferentes. Coisas do tipo: apresento nudez, mas ela é "poética", os palavrões que digo todo mundo diz, a violência serve como catarse, para que as crianças não a pratiquem de verdade, e por aí vai.

Na hora H, porém, que em televisão se traduz em perda de audiência nas pesquisas de opinião e na decorrente diminuição de verbas publicitárias, acontece um vale-tudo na terra de

ninguém. "Vivemos um momento de volta à liberdade, e talvez a televisão esteja se lambuzando com ela", opina o jornalista Boris Casoy, apresentador do SBT. "Esse fenômeno, em si, é natural, mas deve servir de alerta para a televisão repensar o conteúdo dos seus programas." A mera menção de se repensar ou estabelecer determinados limites acerca do que deve ou não ser mostrado na televisão é suficiente para arrepiar os cabelos de muita gente, que imediatamente associa restrições aceitas de comum acordo com a censura em vigor durante os governos militares. Com esse temor, e a guerra pela audiência pressionando, os profissionais do vídeo acabam extrapolando. Alguns programas de fim de noite, por exemplo, reproduzem para centenas de milhares de telespectadores seqüências de strip-tease que, nos cabarés onde são apresentados originalmente, não atraem mais que algumas dezenas de pessoas.

Nos Estados Unidos, quem toma a iniciativa de controlar os excessos de violência e sexo são as próprias emissoras. Entre as três redes nacionais, o código de conduta mais severo é o da ABC, que proíbe o consumo glamourizado de drogas e bebidas alcoólicas, pede moderação nas cenas de jogo, estabelece que "material obsceno, indecente ou profano é inaceitável". No Brasil, a Globo tem um código interno que foi escrito logo que a Censura foi abolida, em 1988, pelo presidente da empresa, Roberto Marinho. O código, intitulado Responsabilidade e Sensibilidade, proibiu o uso de "linguagem vulgar e termos de baixo calão", bem como as cenas de "erotismo vulgar e violência exacerbada". O documento está em vigor, mas a sua aplicação é difícil. "Cada caso é um caso: se uma determinada palavra ou cena cabe num seriado às 10 e meia, pode não ficar bem numa novela das 8", diz o ator Daniel Filho, diretor-geral da Central Globo de Produção. "Temos de trabalhar com princípios gerais, já que é praticamente impossível fazer uma lista de proibições que desça aos mínimos detalhes."

Como ator, Daniel Filho faz o Renato, de Rainha da Sucata, e teve milhares de dúvidas ao interpretar a cena em que seu personagem, seminu, assassina uma prostituta com requintes de sadismo. "Enquanto ator, eu não via problemas na cena, mas estava achando que ela era muito chocante", confirma. No final, só metade da cena que foi gravada foi ao ar, mas Daniel Filho ainda assim considera que o público se sentiu "chocado" - e, agora, o seu Renato está com os traços sadomasoquistas mais atenuados. O diretor-geral da Globo até admite que a emissora possa ter cometido alguns excessos nas cenas de nudez quando a audiência de Pantanal subiu, mas garante que a filosofia da Globo é outra. "A própria pesquisa de vocês

coloca a Globo em terceiro lugar na categoria nudez, e para nós está mais do que claro que o caminho para chegar ao público não passa pelo exagero ou pela apelação."

Silvio Santos também reconhece que os controles são difíceis de realizar, mas tem alguns indicadores de como os profissionais devem decidir o que levar ao ar. "Se na minha casa um convidado não pode tirar a roupa nem constranger minha família com palavrões, eu também não tenho o direito de entrar na casa dos outros, através da televisão, com essa mesma vulgaridade", diz. "Acho que se o pessoal de TV pensasse em pessoas reais, como o filho, a tia, a mãe, não estaria acontecendo hoje esse exagero de nudez e grosseria." O empresário chama a atenção para um outro ponto: o de que é impossível chegar a um padrão que todos julguem aceitável. "Durante vinte minutos, Ary Toledo conta piadas no meu programa de domingo, mas na edição eu corto doze minutos, tirando as anedotas mais fortes. Mesmo assim, encontro gente reclamando que Ary está se excedendo ou, por outro lado, está muito suave." A solução genérica, para Silvio Santos, seria que a televisão se aproximasse do modelo americano, que não apresenta nudez nem palavrões.

Ainda que a TV brasileira adotasse os padrões da americana, restaria o problema da violência. Pesquisa feita nos Estados Unidos mostrou que um telespectador médio, ao atingir 18 anos, terá assistido a 3.200 homicídios e 250.000 atos de violência na televisão. Como a violência é entendida universalmente, cerca de 2 bilhões de telespectadores em todo o mundo assistem a esses filmes feitos nos Estados Unidos. É violência que não acaba mais, ainda que ela seja percebida de maneira diferente pelas crianças de hoje do que pelas do passado. "Tenho 52 anos, e, para mim, a violência da II Guerra Mundial se resumiu a ver um galã dando uns poucos tiros em japoneses e depois paquerando uma enfermeira no hospital", diz Daniel Filho. "Por isso, fico horrorizado e fecho os olhos quando vejo um desses filmes do Rambo, enquanto meu filho de 15 anos rola de rir com aquele sangue todo."

De certa forma, ocorre o mesmo com o sexo, já que os padrões de comportamento de hoje são obviamente diferentes dos de há trinta anos. Só que, por mais que o comportamento tenha se modificado, a quantidade de cenas sensuais, eróticas ou simplesmente grotescas que a televisão brasileira está apresentando, como comprovam os números da pesquisa, representa uma clara distorção. Essa distorção só poderá ser atenuada na medida em que, em casa, os pais orientem seus filhos e, no trabalho, diretores, programadores, atores e humoristas constatem que o exagero provocará apenas mais problemas.

Princesas precoces

Que boneca, que nada. Hoje em dia, as meninas querem mesmo é maquiagem, celular e roupa de grife

Se ser criança é mesmo um período mágico, inocente, encantador, quem quiser aproveitar tem de correr: a infância está cada vez mais curta. Principalmente para as meninas. Seja porque os costumes mudaram, porque a televisão extrapola ou porque o axé provoca, a precocidade da atual geração de pré-adolescentes é flagrante. O aniversário de 9 anos da paulistana Mirella Camanho foi comemorado em um salão de beleza, onde ela e nove amiguinhas se divertiram com o arsenal a sua disposição: pintaram as unhas, fizeram escova no cabelo e foram maquiadas. A festa da curitibana Camila dos Santos, da mesma idade, foi mais convencional. Teve salão de festa transformado em boate, com direito a luz estroboscópica, DJ e, no lugar de bolo e brigadeiro, jantar à base de estrogonofe. Muito gente grande, sem dúvida, mas o tipo de balada evitado ultimamente pela carioca Dora Ghelman, 8 anos. Preocupada com o que considera alguns quilos a mais, ela tirou o arroz do cardápio, evita doces e guloseimas e se pesa todo dia na balança de casa. Mirella, Camila e Dora são o retrato das meninas de 7 a 12 anos, um clube de princesinhas precoces, exigentes e decididas, que, cada vez mais, trocam a brincadeira de casinha e boneca por horas na frente do espelho, modelitos produzidos ou altos papos. "Nos últimos anos, o comportamento das meninas vem mudando radicalmente", comenta o pediatra Gláucio José Granja de Abreu, 33 anos de profissão. "Elas estão se vestindo como adultas, tendo preocupações de adultas, querendo ser e, muitas vezes, sendo cobradas a agir como adultas antes da hora."

Não é só por fora que as meninas estão crescendo rápido. Por dentro também as mudanças se aceleraram. Pesquisas feitas nos Estados Unidos, na Europa e no Brasil comprovam que a idade média da primeira menstruação, que no começo do século XX variava entre 14 e 15 anos, hoje está entre 10 e 11 anos. Os motivos são objeto, apenas, de especulação. Fala-se da alimentação mais reforçada, que aceleraria o amadurecimento, da disseminação de agentes químicos na vida moderna e até numa influência pesada da ecologia social. "Esta geração de meninas está tão erotizada, vem recebendo tantos estímulos para ficar moça que o cérebro acaba enviando sinais que detonam a produção dos hormônios mais cedo", afirma Jonathas Soares, ginecologista do Hospital das Clínicas e do Albert Einstein, de

São Paulo. Até o dente de siso, aquele que nascia quando o adolescente começava, em princípio, a criar juízo, a partir dos 16 anos, se antecipou e está despontando na boca das meninas por volta dos 13 anos.

Não é de hoje que as meninas sonham em parecer adultas. Aos 7, 8 anos, todas as garotas sempre adoraram passar batom e desfilar pela sala com o sapato de salto da mãe. O que mudou foi, principalmente, o poder de fogo das crianças para fazer valer sua vontade e o fato de os pais encararem com naturalidade cada vez maior – e às vezes até estimularem – o desejo da menina de parecer gente grande. A influência dos meios de comunicação evidentemente é enorme, e não apenas no Brasil, a terra do tchan cultuado em programas infantis. O endocrinologista americano Leann Birch, da Universidade da Pensilvânia, passou um ano analisando centenas de fichas de consultórios de pediatras e observou que meninas de 5 anos – 5 anos! – já se preocupam com o peso e pensam em fazer dieta. "Nem elas escapam da pressão social, que privilegia a magreza. Boa parte, aliás, diz que é a mãe que insiste nisso", declarou o médico a VEJA. "A imagem corporal mudou e as meninas querem ser altas, magras e moças cada vez mais cedo", concorda o pediatra Mauro Fisberg, uma das maiores autoridades em nutrição infantil do país.

No esforço muito adulto para manter a forma, a paulista Maíra Silvestre Nunes, 12 anos, além de fazer regime, passa as tardes na academia, onde pratica musculação e tem aulas de axé – estas menos pelo exercício e mais para não fazer feio nas festas. "Não penso em ser modelo, mas acho importante ter um corpo legal", diz Maíra. Depois do peso, o item mais vital na lista de quesitos básicos para a felicidade da adolescente precoce é o cabelo. Cintia Raquel Ramos, 11 anos, de São Paulo, vai todo mês ao salão de beleza fazer trancinhas afro na vasta cabeleira e coleciona presilhas, tererês e elásticos de todo tipo. Vaidosíssima, adotou o bindi, a pedrinha que as indianas colam entre as sobrancelhas. "Sou como minhas amigas: adoro um enfeitinho", assume.

Nova fronteira – Ser, fazer, falar e aparecer igualzinho a seus pares é outra preocupação típica da adolescência que aparece cada vez mais cedo na vida das meninas. "As garotas estão sendo pressionadas a lidar com questões típicas de adolescente antes de chegar lá", alerta Whitney Roban, psicóloga da Girl Scouts of The USA, nome da versão feminina dos escoteiros nos Estados Unidos. "Elas podem até estar fisicamente maduras e ter informações suficientes, mas não estão emocionalmente preparadas." No começo deste ano, uma pesquisa encomendada pela organização entrevistou 1 200 americanas entre 8 e 12 anos e constatou que, na hora do vamos ver, essa pose de quase adulta é só fachada. Ao contrário

das adolescentes, as meninas não querem distância dos pais. Mais: 79% pedem conselhos à mãe, porque a melhor amiga até pode compartilhar um problema, mas dificilmente oferecerá uma solução.

Preparadas ou não, as menininhas-moças são máquinas de comprar coisinhas. Exigentes (com os pais, provedores da mesada) e informadas (com a rede de amigas), elas são a nova fronteira do mercado, especialmente de moda. Grifes conhecidas lançam versões juvenis, e neste mês até a *Vogue*, a bíblia da moda, rendeu-se: acoplou a sua edição americana uma *Teen Vogue*, para garotas de até 16 anos. No Brasil, o instituto de pesquisa de mercado Marplan começou a acompanhar esse público nas nove principais regiões metropolitanas do país em 1994. Na época, metade das meninas entre 10 e 14 anos decidia a marca de suas roupas e calçados; no primeiro semestre deste ano, eram 70%. "Minha filha sabe o que quer e não pergunta minha opinião", conta Lenah Cutait, de São Paulo, mãe de Graziella, de 7 anos. "Não posso nem arrumar a mala para a viagem do fim de semana porque, se não forem as roupas escolhidas por Graziella, ela simplesmente usa só a do corpo." Dona de uma dúzia de pares de tênis e sandálias, um armário de quatro portas lotado de roupas e um cabide especial só com fantasias, Graziella acorda às 6 e meia para discutir com a melhor amiga o que usar na escola. "Adoro roupa", diz.

Segundo a pesquisa da Marplan, 80% das meninas usam maquiagem de verdade, 73% pintam as unhas e 87% não dispensam perfume. A morena Fernanda Russo, 11 anos, faz mechas em tom avermelhado nos cabelos e, apesar da dor, insuportável até para muitas adultas, não dispensa a depilação com cera quente. "Faço balé e vivo com as pernas à mostra. Acho horríveis aqueles pelinhos aparecendo", explica Fernanda, que tem conta no salão de beleza do bairro. "Elas não querem mais saber de trocar a roupa e arrumar a boneca, se podem fazer escova no próprio cabelo e passar esmalte de verdade", diz a psicóloga Vera Rezende, do Núcleo de Estudos e Assistência à Infância da Universidade Estadual Paulista, a Unesp. "Consideram-se mocinhas e querem viver o real, não o faz-de-conta."

Quando a menstruação começa aos 10 anos, aos 9 o nível hormonal já está alterado e o corpo, dando sinais de mudança: os seios crescem, os pêlos aumentam e as curvas femininas começam a se formar. Por causa disso, o sutiã virou peça indispensável no guarda-roupa mirim. "Meus seios já estão aparecendo. Chamam a atenção", diz Sthefany Fuoko, 9 anos, dona de seis sutiãs de cores diferentes. Decotes, saias curtas e blusas justinhas, no caso dessas meninas, têm pouco a ver com o objetivo primordial do guarda-roupa sensual (atrair o sexo oposto). Na faixa dos 8, 9 anos, meninas não ligam para meninos. As mais velhas, com

